

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Elencis Lucinda de Paula Assis

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Mariana-MG/2022

Elencelis Lucinda de Paula Assis

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social pela
Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientador: Prof. Dr. André Mayer.

Mariana - MG/2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A848s Assis, Elenclis Lucinda De Paula.
Serviço Social na Educação. [manuscrito] / Elenclis Lucinda De Paula
Assis. - 2022.
65 f.

Orientador: Prof. Dr. Andre Luiz Monteiro Mayer.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência social. 2. Serviço social. 3. Educação. I. Mayer, Andre
Luiz Monteiro. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4



FOLHA DE APROVAÇÃO

Elencis Lucinda de Paula Assis

Serviço Social na Educação

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 20 de junho de 2022

Membros da banca

Dr. André Mayer - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Adriana de Andrade Mesquita - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Roberto Coelho do Carmo - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. André Mayer, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 25/06/2022



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Monteiro Mayer**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 25/06/2022, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Coelho do Carmo**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 25/06/2022, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana de Andrade Mesquita**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 28/06/2022, às 08:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0351484** e o código CRC **F4EE0CF9**.

*A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem.
Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode
fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa -
PAULO FREIRE.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter concedido forças quando eu pensava que não seria possível, por me guiar e proteger sempre e tornar este sonho possível. Agradeço aos meus pais Juscelino H. Assis e Maria Clara por todo apoio, vocês são minha maior inspiração e orgulho, por serem exemplos de luta, força e determinação, me formando para vida, sem vocês nada disso seria possível, aos meus irmãos Josenilton e Denilson por sempre estarem ao meu lado, sendo meu alicerce, me protegendo e ensinando sobre a vida, esta conquista é nossa irmãos. Ao meu sobrinho Henri que marcou a data de inserção na universidade com o seu nascimento, tornando com sua presença o percurso mais amável e prazeroso. A minha sobrinha Alice que chegou trazendo alegria e leveza. A minha avó materna Efigênia *in memoriam* que sempre foi meu exemplo maior de caráter e inspiração, a minha avó paterna Maria Antônia por ser exemplo de força e determinação. As minhas cunhadas Lea e Renata que sempre estiveram presentes, me apoiando e incentivando. A minha madrinha Gracileia que é meu maior exemplo de mulher e bondade. Aos meus afilhados Miguel e Nicolas por me oportunizar o dom de amar. A Maria Alberta que mesmo com suas limitações se fez presente. A Ana Caroline que desde a infância sempre esteve ao meu lado, a Aline Barbosa que sempre esteve comigo nos momentos mais difíceis. Aos meus primos Jaderson, Luan e Thiago que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e ouvindo minhas palestras, as minhas primas e comadre Danila e Cibely por todo apoio e consideração. A Bruna e Henrique que mesmo distantes sempre se fizeram presentes. A Mônica por todo apoio. A todos meus tios e tias e aos familiares e vizinhos em geral, que de alguma forma fizeram parte deste processo. A todos os professores que contribuíram de forma pertinente para minha qualificação e formação. A todos colegas de classe que estiveram presentes durante estes 4 anos. A Edilene e Beatriz que tornaram a graduação mais leve, gratidão por sempre estarem presentes me ajudando e apoiando em todos os momentos da vida acadêmica, a Tamirez Rani e Genilza por toda troca de conhecimento e saberes, pela companhia e risos nas noites frias no ponto de ônibus. Aos Josias pelos compartilhamentos dos medos, alegrias e anseios vivenciados na fase final da graduação e no campo de estágio. A todos integrantes do (CCBP) em especial ao Gemirson e ao professor Carlão que contribuíram de forma grandiosa com minha formação, oportunizando conquistas jamais imagináveis. Aos profissionais da secretaria municipal de educação de Itabirito - MG, em especial a Christiane Rezende que com seu jeito simples e discreto nos inspira a seguir na luta do fazer profissional. Por fim agradeço a todos e todas que contribuíram de forma direta ou indireta com minha formação.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como função relatar sobre o serviço social na educação, trazendo a importância do assistente social dentro das escolas, expondo como as expressões da questão social estão presentes no ambiente escolar e impactam no desenvolvimento dos estudantes. Ressaltando os impactos do capital no sistema educacional e sua contribuição para reversão de valores da educação, exibindo por meio de um material teórico as contribuições para atuação do assistente social neste campo, que visam a garantia do direito à educação gratuita, de qualidade e eficiente que contribua para autonomia e emancipação humana dos alunos em busca de tornarem sujeitos construtores de suas próprias histórias. O método utilizado para a construção desta pesquisa, foi um denso referencial bibliográfico pautado nas construções teóricas da profissão ligada a um viés marxista, também se utilizou de análises de documentos sobre o tema e legislações federais, em destaque a lei 13,935/2019 que possibilitam a construção da intervenção dos assistentes sociais nesta área, pautada nas 3 dimensões da categoria profissional.

Palavras-chave : Capitalismo. Questã Social. Serviço Social. Educação. Assistente Social.

ABSTRACT

The purpose of this course conclusion work is to report on social service in education, bringing the importance of the social worker within schools, exposing how the expressions of the social issue are present in the school environment and impact on the development of students. Emphasizing the impacts of capital on the educational system and its contribution to reversing the values of education, showing through a theoretical material the contributions to the performance of the social worker in this field, which aim to guarantee the right to free, quality and efficient education that contribute to the autonomy and human emancipation of students in search of becoming subjects who build their own history. The method used for the construction of this research was a dense bibliographic reference based on the theoretical constructions of the profession linked to a Marxist bias, it also used document analyzes on the subject and federal legislation, highlighting the law 13.935/2019 that allow the construction of of the intervention of social workers in this area based on the 3 dimensions of the professional category.

Keywords: Capitalism.Social issues. Social Service. Education. Social Worker..

LISTA DE SIGLAS

CMAEE – Centro Municipal de Atendimento Educacional especializado de Itabirito/MG;

CER II - Centro Especializado em Reabilitação Física e Visual;

CF – Constituição Federal;

CFP - Conselho Federal de Psicologia;

CFESS – Conselho Federal de serviço Social;

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;

CRE – Centro de referência Educacional;

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social;

CMEIS - Centros Municipais de Educação Infantil;

MEC - Ministério da Educação;

MG – Minas Gerais;

MPC – Modo de produção capitalista;

PEP - Projeto ético político;

SEMED – Secretaria Municipal de Educação;

UBS – Unidade Básica de Saúde;

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: A SOCIEDADE CAPITALISTA: OS IMPACTOS DO CAPITAL NO COTIDIANO DA POPULAÇÃO	14
1.1 O SISTEMA CAPITALISTA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE	14
1.2 OS REFLEXOS DO CAPITALISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL	25
CAPÍTULO 2: O SERVIÇO SOCIAL E A ESCOLA: DEMANDA E RESPOSTA SOBRE O FAZER PROFISSIONAL	32
2.1 O DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS: A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	32
2.2 O SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE ITABIRITO - MG	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca evidenciar a importância do serviço social na área educacional, abordando como ele se faz presente nas escolas públicas de ensino fundamental da cidade de Itabirito - MG.

A inquietação sobre o tema ocorre em um primeiro momento por ter estudado em escolas públicas municipais durante todo o processo de formação, tendo um breve conhecimento das dificuldades sofridas pelos estudantes destas instituições, a vivência durante todo processo da graduação no projeto extensão realizado no centro cultural do bairro Piedade da cidade de Ouro Preto - MG, tensionalizou o debate sobre a pesquisa, tendo posteriormente a inserção no campo de estágio dentro da secretaria de educação da cidade de Itabirito - MG, onde foi possível visualizar o trabalho de forma mais abrangente.

Após os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto - MG, constituiu um olhar mais crítico sobre tal realidade. Sob esse aspecto se faz pertinente o aprofundamento neste tema, tendo como foco o ensino fundamental de escolas públicas localizadas na cidade de Itabirito - MG. Evidenciando que, a política pública assegurada de forma eficiente e eficaz impacta na vida da população em todas as escalas, a política educacional não é diferente, pois quando a mesma é defendida e aplicada de forma democrática e inclusiva gera um grande benefício à população, sejam de forma surpreendente ou branda (AVELAR,2019, p.73).

Devido a conjuntura política e econômica ao qual vive o Brasil atualmente, surgiu o interesse de pesquisar e evidenciar a falta de um profissional com formação em Serviço Social nas instituições públicas municipais de ensino. Tomamos por base o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado, localizado na secretaria de educação em Itabirito - MG, onde é possível observar como os problemas sociais impactam diretamente na vida escolar das crianças e adolescentes.

Como metodologia utilizada para desenvolvimento da pesquisa, recorreremos a fontes bibliográficas de autores que abordaram a temática sobre o serviço social, educação e do sistema capitalista, esta pesquisa é de caráter qualitativo e analítico.

Com o intuito de compreender como se propaga a desigualdade social no ensino público, trouxemos por meio de um referencial teórico de autores marxistas, que nos possibilitaram um maior aprofundamento para fazer uma análise crítica da realidade social vivida nas escolas perante este sistema capitalista.

Através deste referencial foi possível evidenciar que devido ao processo de desenvolvimento do capital, surge necessidade de dar novas respostas para as demandas da ordem capitalista, que reflete na sociedade, com o aumento da exploração e negação dos direitos da população, em especial da classe trabalhadora, aumentando cada vez mais a desigualdade social e as expressões da *“questão social”*.

Buscando compreender melhor a necessidade de ter um assistente social dentro das instituições de ensino formal, evidenciando como os fenômenos da ordem capitalista perpassam a vida da população, o trabalho aqui proposto se divide em dois capítulos.

No primeiro capítulo: “A sociedade capitalista: os impactos do capital no cotidiano da população”, aborda os fundamentos da ordem do capital, permite o entendimento da atuação do capitalismo na sociedade e todo impacto do MPC no cotidiano dos cidadãos, onde reflete as expressões da questão social, buscando evidenciar o impacto do modo de produção capitalista na educação e a precarização do ensino público intensificada pelo mesmo.

No segundo capítulo: “O serviço social e a escola: demanda e resposta sobre o fazer profissional”. Irá relatar sobre a importância do serviço Social dentro das escolas municipais de ensino fundamental, fazendo um breve apontamento dos materiais já produzidos nesta área, ressaltando a ideologia da profissão em se basear em material crítico para o exercício profissional, ressaltando a aprovação lei 13935/2019, como também a atuação do assistente social dentro das escolas de ensino fundamental da cidade de Itabirito -MG.

Nas considerações finais, concluímos todo levantamento teórico e prático apresentado sobre a importância do Assistente Social dentro da escola, compondo a equipe docente das instituições, evidenciando como se faz pertinente a atuação dos assistentes sociais no cotidiano escolar das crianças e adolescentes, visando o desenvolvimento e garantia dos direitos da população.

1.A SOCIEDADE CAPITALISTA: OS IMPACTOS DO CAPITAL NO COTIDIANO DA POPULAÇÃO.

1.1 O sistema capitalista e suas implicações na sociedade: o trabalho como parte fundante do ser social.

O sistema capitalista vigente em nossa sociedade tem em sua essência a exploração e conseqüentemente a acumulação desproporcional de bens, riqueza, propriedades etc, refletindo na sociedade todas as mazelas, degradação, acentuando cada vez mais a desigualdade social, aumentando as expressões da questão social, com isso precisamos enfatizar o seu ciclo para compreender os impactos sociais, econômicos e educacionais vigente em nosso cotidiano.

Para compreendermos o sistema capitalista precisamos primeiramente evidenciar que o capital tem em seu movimento a contradição, as expressividades das suas contradições sociopolíticas surgem na luta de classes e atravessa todo seu percurso.

A história do capitalismo - a - sua evolução -, portanto é o produto da interação, da imbricação, da intercorrência do desenvolvimento de forças produtivas, de alterações nas atividades estritamente econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolítico e culturais que envolvem as classes sociais em presença numa dada quadra histórica. E todos esses vetores não só se transformam em si mesmos: as suas interações também se alteram no curso do seu desenvolvimento (NETTO e BRAZ, 2012, p.182).

O Capital portanto, é uma relação social que são transformáveis e variáveis por meio da ação do homem, que exercem sobre os mesmos implicações que independem de sua vontade, mas que são transformadas pelos movimentos das classes sociais (NETTO e BRAZ,2012, p.179).

Segundo Marx (1968, p.17) os homens fazem suas próprias histórias, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente legadas e transmitidas pelo passado (apud NETTO e BRAZ, 2012, p. 182).

Deste modo, para chegarmos neste modelo de sistema capitalista passamos por transformações societárias que estão diretamente ligadas ao trabalho, pois o ser

humano necessita transformar os recursos naturais em produtos que atendam às suas necessidades, essa interação é denominada de Trabalho, como aborda Marx (1983;149-150,153)

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem (...). O processo de trabalho é uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, comum a todas suas formas sociais (MARX 1983;149-150,153).

Além do homem transformar a natureza para satisfazer as suas necessidades, conseqüentemente ele também transforma a si mesmo. É possível dizer que o trabalho não é somente uma atividade singular do homem na terra, mas é também o processo histórico pelo qual surgiu o ser social (NETTO E BRAZ, 2012, p.34).

O ser social se revela não como uma forma eterna e atemporal, a - histórica, mas como uma estrutura que resulta da autoatividade dos homens e permanece aberta a novas possibilidades - é uma estrutura histórica inconclusa, apta a reconfigura-se e a enriquecer-se no curso da história presente e futura". (...) O ser social constitui na história pela da ação dos homens e constituiu historicamente o ser dos homens (NETTO e BRAZ,2012, p.42).

É importante enfatizar que o ser social não se esgota na atividade do trabalho, pois o homem vai criando novas objetivações conforme seu desenvolvimento. Este desenvolvimento está diretamente ligado ao surgimento da racionalidade, de uma sensibilidade, sendo assim, ele tem no trabalho uma das suas objetivações, pois quanto mais rico o ser social mais diversas são suas objetivações. (NETTO E BRAZ, 2012, p.43).

O ser social ultrapassa o universo do trabalho por meio de suas objetivações e este fenômeno é denominado de Práxis. Pois, além dela envolver o trabalho, a práxis inclui outras objetivações como matérias, ideias da filosofia, arte, ciências, entre outras criando um mundo de produtos, obras e valores, revelando o homem como um ser criativo e auto produtivo da sua própria realidade (NETTO E BRAZ, 2012, p.43).

Mas, em cada processo sócio-histórico em que a atividade do homem se insere as objetivações se apresentando de forma diferente, o homem não se enxerga mais como algo que foi feito por ele, a obra tornar -se algo estranho, os valores são invertidos, a criação se sobre põe a criatura, como acontece no processo de produção da sociedade burguesa.

Como aborda Teixeira e Braz (2009.p.2) as necessidades humanas, desenvolvidas ao longo do processo sócio-histórico do ser social, designa a humanidade a um processo de busca da sua autorreprodução, onde através do mundo prático-material expressam suas atividades e práticas distintas, tendo o trabalho como atividade fundante, compondo um mundo cada vez mais complexo.

Na medida em que o homem vai transformando a natureza ele vai transformando a si mesmo e conseqüentemente aumentando suas objetivações, como foi exposto anteriormente, tendo o trabalho nesta concepção como elemento principal da vida humana.

No entanto, na sociedade burguesa o trabalho se apresenta de forma diferente. A atividade que, conforme Marx, é essencial para suprir as necessidades humanas, no modo de produção capitalista (MPC) ela se apresenta de forma desconfigurada como algo fundante do ser social, pois no “MPC”¹ o burguês privatiza os meios de produção reduzindo o gênero humano a trabalhadores assalariados, restando apenas a venda da sua força de trabalho.

Na medida em que ocorre as transformações do capital acontecem, a sociedade também se modifica, ressaltando que o capital é constituído das relações sociais que são mutáveis e transformáveis, que exercem sobre o homem controle das vontades de suas ações.

A história do capitalismo é toda ela a história de um prodigioso desenvolvimento da produtividade por meio do desenvolvimento da tecnologia. Isso resulta hoje, como também no passado, na introdução de máquinas cada vez mais aperfeiçoadas no processo de trabalho – que permitem produzir a mesma quantidade de produtos em tempo duas, três ou quatro vezes menor – e, portanto, num desenvolvimento manifesto da produtividade. (MARX, 1986, p.68).

¹ Este modo de produção sucedeu a produção feudal, se consolidando entres os séculos XVII e XIX, tendo no decorrer do XX um conflito de caráter socialista, denomina - se, portanto, que o Modo de Produção capitalista - MPC configura- se como protagonista em todo mundo, tendo como elemento principal a exploração do trabalho.

O capitalismo faz da força de trabalho uma mercadoria, pois por meio da compra da força de trabalho do proletário ele movimenta os meios de produção, utilizando do seu valor de uso, gerando um valor excedente ao que custa a força de trabalho, este valor excedente gera a mais valia. Portanto, o capitalista utiliza da compra da força de trabalho pelo valor de troca confiscando todo seu valor de uso.

O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor e adquire o direito de utilizar - se por um certo tempo (uma jornada de trabalho) do seu valor de uso (que é o trabalho criador de valor). como dispõe do direito de utilizá-la, posto que a comprou, o capitalista emprega a força de trabalho para que deste emprego resulte um produto superior ao valor do desembolsou ao comprá-la; se não pudesse fazê-lo, é óbvio que ele não a compraria. (NETTO e BRAZ, 2012, p.115).

Deste modo, todas as ações humanas na sociedade capitalista são intermediadas pelo capitalismo, em especial o poder de compra e venda das mercadorias.

A mercadoria é uma coisa que por meio de suas propriedades satisfaz as necessidades humanas, “A mercadoria é um objeto externo ao homem algo que por suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual - a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um valor de uso (NETTO e BRAZ, 2012, p.92)”.

Toda mercadoria tem dispêndio de energia de sangue e suor e este é o fator em comum entre todas elas, portanto a mercadoria é uma coisa que se edifica.

É importante destacar que a mercadoria é uma unidade que edifica o valor de uso e de troca, a mercadoria tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, ambas, produzem bens, valores de uso unidade de valor de uso e valor de troca (NETTO e BRAZ, 2012, p.92).

Marx (2015) afirma que:

Os valores de uso das mercadorias fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia. O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. (...) O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço (MARX, 2015, p.201).

A partir do desenvolvimento do comércio no século XIII, quando começou a se esgotar o processo de troca de mercadorias por outras mercadorias, no momento em que a demanda de mercadoria aumenta, implicando conseqüentemente na atividade comercial ampliando cada vez mais o mercado, é quando a produção mercantil capitalista ganha forma.

Mas ressaltando que “nem toda produção mercantil é capitalista, mas toda produção capitalista é produção mercantil (NETTO e BRAZ, 2012, p.92)”. Com isso, as mercadorias eram exemplificadas pela forma $(M \rightarrow D \rightarrow M)$ para o consumo pessoal, de matérias primas e instrumentos necessários para o trabalho do produtor.

Com a expansão do mercado os valores da mercadoria passam a ser diferentes, onde os comerciantes buscam comprar por preços mais baixos e vender por valores maiores em busca de obter mais dinheiro, deste modo a fórmula $M \rightarrow D \rightarrow M$, dá espaço para $D \rightarrow M \rightarrow D'$ denominado de produção mercantil.

É justamente essa forma acabada do dinheiro do mundo das mercadorias que vela o seu feitiche, ela se apresenta ao seu produtor como algo estranho, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores se torna privados (MARX, 2015, p.211).

Na fórmula $D \rightarrow M \rightarrow D'$ se expressa o movimento do capital, o ponto inicial é o dinheiro que produz a mercadoria para gerar mais dinheiro. O capitalista ao adquirir o dinheiro compra a matéria prima, maquinário e a força de trabalho(mercadoria) e faz sua produção por meio da força de trabalho, utilizando máquinas e instrumentos originando a mercadoria que posteriormente será vendida pelo valor superior ao investimento gerando lucro.

Esta produção de mais valia ocorre por meio da exploração da força de trabalho, como afirma Netto e Braz, (2012, p.115) durante a jornada de trabalho, o proletário produz mais valor que é necessário para sua reprodução e produção, é de onde o capitalista extrai o seu lucro a mais valia.

Esta relação de exploração Capitalista/proletariado consiste na expropriação do excedente que se estabelece no modo de produção capitalista através dos trabalhadores, com isso, os meios de produção transferem o seu valor para a mercadoria. “No curso do processo de produção, o valor dos meios de produção não se altera (o que perdem no desgaste reaparece na mercadoria produzida); por isso, a partir do capital (**D**) que é investida neles constitui o **capital constante (C)**

(NETTO e BRAZ, 2012, p.115).”

O capital constante é o investimento para comprar a matéria prima, maquinários, os meios de produção, porém a força de trabalho como já exemplificado produz um valor excedente que se altera conforme as condições de trabalho, com isso ela foi denominada por Marx como **Capital variável (V)** o trabalho vivo.

A parte do capital transformada em força de trabalho, muda seu valor no processo de produção. Ela produz para além do seu valor, ou seja, produz um excedente, uma mais valia, que pode variar ser maior ou menor, esse processo é chamado de capital variável (NETTO e BRAZ, 2013, p.114 apud MARX,1983,I,1,p.171).

Esta relação entre capital constante e variável expressa a composição **orgânica do capital (q)**. Este processo está ligado à inovação tecnológica constante, pois o capitalista busca aumento da produtividade do trabalho e diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadoria.

Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos provocam, de acordo com a conjugação dos estímulos que eles exercem um sobre o outro, a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que a seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante (MARX,2015,p.849).

É por meio desta relação que se intensifica a jornada de trabalho, introduzindo inovações pressionando os salários para abaixo do valor da força de trabalho, tendo um aumento do capital constante e diminuição do capital variável.

Através deste desenvolvimento da acumulação capitalista, surge o exército industrial de reserva, quando as demandas por máquinas, instrumentos e insumos é maior que a demanda por força de trabalho, ocasionando uma parte do proletariado como sobranço constituindo o exército industrial de reserva.

A acumulação capitalista produz constantemente, e isso em proporção a sua energia e suas dimensões gera uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (NETTO e BRAZ, 2012, p.146 apud MARX,1984, I,2,p.199).

A acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, torna uma parte da população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa do capital, tornando-se desse modo excludente (MARX,2013, p.733). No entanto, a acumulação capitalista impacta a vida do trabalhador não somente no desemprego, ela gera também a pauperização desta população. A pauperização pode ser absoluta e relativa. (NETTO e BRAZ,2012, p.148).

Essa pauperização deu espaço ao termo “questão social” devido ao desdobramento sociopolítico que foi utilizado pela primeira vez em 1830, na terceira década do século XIX, quando o capitalismo iniciou sua fase industrial na Europa (NETTO, 2001,p.43)

As evidências das expressões da questão social foram e estão se intensificando devido ao processo de desenvolvimento do MPC, que por meio da acumulação capitalista gera de um lado uma concentração da riqueza e do outro uma imensa concentração de pobreza. Como traz Netto e Braz (2012, p.150)

Todos os métodos de produção da mais valia são, simultaneamente, métodos da acumulação e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. [...]Portanto, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja o seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. [...] A acumulação ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação da riqueza num polo é, portanto ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto (NETTO E BRAZ 2012, p.150 APUD MARX,1984, L,2, P.210).

É justamente pela acentuação da pobreza instaurado pelo MPC que designa a pauperização da classe subalterna. A designação do pauperismo para “questão social” ocorre devido a uma aversão da ordem burguesa (NETTO, 2001, p.43)

Pois, é preciso destacar que, a “questão social” não era pensada como algo gerado pelo MPC, segundo Montaño (2012, p.272)

O nascimento da sociologia como disciplina independente faz com que o tratamento do problema da sociedade deixe de lado a sua base econômica; a suposta independência entre as questões sociais e as questões econômicas constitui o ponto de partida metodológico da sociologia (APUD LUKÁCS, 1992, p.132).

Com isso, a “questão social”, a pobreza, a miséria eram pensadas como algo do indivíduo e não como reflexo do capitalismo, Montañó (2012, p.273) aborda três fatores ligado ao cidadão que exemplifica tal situação.

Primeiramente, a pobreza no pensamento burguês estaria vinculada a um déficit educativo (falta de conhecimento das leis “naturais” do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, a pobreza é vista como um problema de planejamento (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é visto como problemas de ordem moral-comportamental (mal gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.) (MONTAÑO, 2012, p.273)

Netto (2001, p.16) Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doença, penúria, desamparo frente à conjuntura econômica adversa etc.)

As expressões da questão social são, portanto, a manifestação da desigualdade social gerada na sociedade capitalista madura, o seu cerne é a privatização e apropriação da atividade humana: o trabalho. A “questão social” expressa a diferença econômica, política e cultural, entre as classes. (IAMAMOTO,2001, p.16).

As manifestações da “questão social” colocam em causa as relações entre a sociedade civil e o poder estatal, elencando em lutas da classe operária pelos seus direitos como cidadãos a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração” (NETTO,2001, p.45) . Como destaca lamamoto (2001, p.17)

A historicidade da questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial, pelo Estado. Foram as lutas que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO 2001, p.17).

Destacando que a “questão social” analisada na perspectiva teórica analítica, está diretamente ligada, com a sociabilidade erguida pelo domínio do capital. (NETTO, 2001, p.47).

A exploração desta classe irá se acentuar na fase monopolista do capital, aumentando cada vez mais o desemprego e a miséria da população, especialmente nos países subdesenvolvidos, que com a expansão da divisão internacional do trabalho, resultou em uma hierarquização entre os países. “A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder (GALEANO,2015, p.10). O que emprega uma submissão dos países subdesenvolvidos perante aos desenvolvidos, como afirma Netto (2001, p.48)“ apenas os marxistas insistiam em analisar que as melhorias na condições de vida das massas trabalhadoras não alteraram a essência exploradora do capitalismo (...) apenas uns críticos sociais tinham coragem de investigar a pobreza do outro lado da américa”.

“O Estado vem atuando fortemente para a manutenção do modo de produção capitalista. Mas ao mesmo tempo e contraditoriamente é interpelado a responder às demandas dos trabalhadores (FAVARATO,2016, P.35)”. Demandas estas que são respondidas a partir das lutas sociais da classe trabalhadora, visando romper com o monopólio privatista, levando a “questão social” para esfera pública exigindo ação do Estado para reconhecimento dos seus direitos.

Portanto, o estado é uma ferramenta de reprodução dos interesses da classe dominante, tornando um aparelho de mediação entre as classes, o que é essencialmente coerção e dominação de classe (BRITO,2021, p.200). No pós segunda guerra, ocorreu um fenômeno de expansão do capitalismo monopolista, da produção fordista, permeado pela organização e lutas dos trabalhadores, que desencadeou uma nova “estratégia hegemônica” do capital.

Neste contexto, o Estado assume uma nova dinâmica para a nova fase de acumulação capitalista e inibição da institucionalização das lutas sociais da classe trabalhadora, “represando os anseios de superação da ordem e transformando em pontuais demandas dentro da mesma” (MONTAÑO, 2012, p.274).

. Neste período a “questão social” passa a ser tratada como consequência do desenvolvimento social e econômico, ela passa a ser vista a partir dos fundamentos keynesianos. Os problemas sociais são enfrentados por meios de bens e serviços, e não como algo gerado pelo processo de produção capitalista, como reafirma Montañó (2012, p.276)

Neste contexto, a “pobreza” é tratada como um problema de distribuição. Com isso, desloca-se a gênese da “questão social” da esfera econômica, do

espaço da produção, da contradição entre capital e trabalho para a esfera política, no âmbito da distribuição, como uma questão entre cidadãos carentes e o Estado. Assim, o tratamento da “questão social” e o combate à pobreza se determina como um processo de redistribuição. Tratando-se de garantir, mediante políticas e serviços sociais, o acesso a bens e serviços por parte da população. Assim, não se questionam os fundamentos da ordem: a exploração de trabalho alheio pelo capital, a partir da separação entre possuidores de força de trabalho e proprietários dos meios e condições para efetivá-lo (MONTAÑO, 2012, p.276).

Sendo assim, a intervenção do estado neste período na Europa irá seguir as formas do “circuito virtuoso” fordista-keynesiano, no qual visam responder a algumas necessidades da população mais carente, criando condições para a produção e o consumo em busca de conter o desemprego por meios de programas sociais como seguridade social e políticas sociais (MONTAÑO, 2012, p.275).

O desenvolvimento do capital, em especial entre os períodos de 1945 a 1970 no pós segunda guerra, fase que ficou denominada como “anos dourados”, refletiu no crescimento econômico, dos programas sociais, aumento do salário e de oportunidades de emprego.

Esta fase durou até os anos setenta, com o esgotamento da onda longa e expansiva, tendo um grande declínio nas taxas de lucro em todos os países do capitalismo central. A onda expansiva é substituída por uma onda recessiva, dando retorno às crises, que se estende até os dias atuais (NETTO e BRAZ, 2012, p.226).

Harvey, 1993, p.140

Expõe que a acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

No contexto atual as expressões da questão social se intensificam cada vez mais devido ao processo de financeirização da economia do novo estágio da ordem capitalista. A flexibilização do capital trouxe novas tendências e protoformas de ultra exploração da classe trabalhadora. Segundo Brito (2001, p.198).

O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões de pobreza,

miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social e dos sujeitos que o realizam na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas, ao capital dinheiro e ao capital mercadoria retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se, em níveis sem precedentes históricos, em um mercado mundial realmente unificado e desigual, as forças produtivas sociais do trabalho aprisionadas pelas relações sociais que as sustentam. Potência contradições sociais de toda natureza, que impulsionam as necessidades sociais radicais(...) (Apud IAMAMOTO,2008, p.125).

É importante destacar que, no Brasil as mazelas proporcionadas pela ordem capitalista são ainda maiores, dado o processo histórico que configurou a sociedade brasileira, perpetuada pelo capitalismo dependente, onde a superexploração e flexibilização do trabalho intensifica cada vez mais a desigualdade social no país.

Para analisar a questão social no Brasil precisamos destacar as relações antagônicas entre capital x trabalho, vivenciadas na sociedade brasileira ligada ao processo sócio-histórico, Yazbek (2018, p.158) destaca que

É fundamental não esquecer que o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixou, sem dúvida suas marcas na história do país e implantou bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo dependente na periferia em tempos mais recentes, bem como as características próprias da Questão Social brasileira (YAZBEK, 2018, p.158).

É importante destacar que o Brasil não acompanhou a expansão econômica e social que ocorreu nos países de capitalismo central, cujo contexto econômico e social se divergem dos países de capitalismo dependente. Santos (2012, p.432) analisa que

No caso brasileiro é preciso tematizar essa análise, já que a "flexibilização/precariedade" do trabalho entre nós não pode ser creditada à crise recente do capitalismo. Muito embora estejam mais visivelmente presentes no atual contexto da acumulação flexível, essas características fazem parte da nossa "modalidade imperante" de exploração do trabalho há bastante tempo: afirmam-se, de modo proeminente, no período em que nos países capitalistas desenvolvidos havia estabilidade, pleno emprego e Welfare State. Elas são, a meu ver, particularidades da “questão social” no Brasil (SANTOS, 2012, p.432).

A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo no país, o que implicou em diversos movimentos na sociedade.

O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes. As migrações internas atravessam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias, direitos (IANNI, 1989, p.192).

Dado tal processo que se encontra a intensificação do desemprego, desigualdade social, precárias condições de trabalho, informalidade, subemprego, falta de habitação e saneamento básico, restrição de acesso à cultura e lazer, entre outras questões, juntamente a este processo se manifestam os movimentos sociais e sindicais. “Sob essas condições, manifestam-se aspectos urgentes da questão social. As lutas sociais polarizam-se em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania (IANNI, 1989, p.193).”

SANTOS (2000, p. 470) vai denominar este período brasileiro de “industrialização restrita” que vai consolidar a relação de trabalho no Brasil, a partir da década de 1930. Pois, mesmo com a ascensão dos sindicatos as legislações trabalhistas eram focalizadas a um determinado grupo de trabalhadores, visando manter sempre o baixo salário e a precariedade do trabalho.

“(…) Os trabalhadores organizados e protegidos por estas leis e pelo salário mínimo eram relativamente poucos, ainda localizados em algumas capitais e em meio a uma imensa maioria de trabalhadores do campo e de marginalizados das cidades sem quaisquer direitos sociais(…) (SANTOS, 2001, p.475, apud, MATTOSO, 1995, p.122)”.

Portanto, fica evidente que a estrita regulação do trabalho no Brasil sempre colaborou para manter baixo o valor da força de trabalho consolidando, assim, uma relação entre capital e trabalho pautada na superexploração, no contexto da ditadura militar e sua reforma trabalhista essa superexploração do trabalho se acentuou. Foram dois os expedientes centrais para entender as particularidades de nossa modalidade de exploração do trabalho nesse período: a instituição do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e a repressão política institucional ao movimento sindical.

Tal situação expõem que não chegamos nem perto das articulações do trabalho, direitos sociais e proteção social, que designou o estado de bem-estar social nos países de capitalismo central. Tendo em vista, que as políticas sociais brasileiras são marcadas pelos distanciamentos dos direitos definidos em leis e suas efetividades.

Com isso, em análise histórica, a sociedade em movimento se expõe como uma alarmante fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a “questão social”. O desenvolvimento econômico e o fortalecimento do aparelho estatal parecem divergir do desenvolvimento social (IANNI,1989, p.193).

Ademais, cabe sublinhar o papel central que a ação do Estado teve na constituição de todas as medidas que deram corpo ao capitalismo brasileiro, tanto considerando os processos de modernização conservadora quanto os de revolução passiva (Netto, 1996). Por meio de sua atuação e, conseqüentemente de sua "captura" pelos setores dominantes, foram facilitados os inúmeros dispositivos que instituíram a superexploração do trabalho e a passivação das lutas sociais no Brasil. (SANTOS,2001, P.475)

Ligado a todo contexto de precarização das condições de trabalho e focalização e flexibilização das políticas sociais no Brasil, veio a somar a esse cenário a pandemia do novo coronavírus². Que trouxe a elevação da exploração e das taxas de desemprego, o rebaixamento salarial e o aumento da pobreza e da fome. Onde as expressões da “questão social” se mostram mais agudas dada a barbárie constitutiva do capitalismo dependente (MOTTA, EVANGELISTA E CASTELO,2021, p.2).

A crise econômica vigente no Brasil, é um evento constitutivo do movimento sócio metabólico do capital e com a chegada da pandemia essa crise se intensificou, tendo seu maior reflexo na classe mais baixa que em sua maioria é composta pela população negra, periférica, mulheres em situação de violência doméstica, moradores de rua, idosos, indígenas, empregadas domésticas, pessoas em situação carcerária, entre tantas outras que vivem em condições de vulnerabilidade no Brasil.

É importante ressaltar, que pandemia ocorre em um momento no qual já víamos de grandes cortes aos direitos da população em especial da classe trabalhadora com o aumento do desemprego e da informalidade, como mostra a

² Organização Mundial da Saúde declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>> Acesso:06/05/2022.

reportagem de Alvarenga (2020) o desemprego chegou a 14,2 % entre novembro de 2020 a Janeiro de 2021, atingindo o recorde de 14,3 milhões de pessoas, tendo também um aumento de 39,7% na taxa de informalidade da população ocupada totalizando em 34,1 milhão de trabalhadores informais.

1.2 OS REFLEXOS DO CAPITALISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL

A educação tem como essência instigar a autoconstrução humana, pois através dela o homem manifesta as suas habilidades e conhecimentos, sendo que a atividade educativa consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimento, habilidades, valores, comportamentos para seu desenvolvimento (SCHLESENER et al, 2016).

Esta abordagem deixa muito clara a distinção essencial entre trabalho e educação. Como afirma Tonet (2012, p.100)

O trabalho é a única categoria que faz a mediação entre o homem e a natureza. Só ele tem a função social de produzir os bens materiais necessários à existência humana. A educação, por sua vez, é uma mediação entre os próprios homens, ainda que ela possa estar relacionada, de modo mais próximo ou mais longínquo, com o próprio trabalho (TONET 2012, p.100).

Reforçando que, a escola é um espaço de diálogos e troca de conhecimentos e saberes. Como afirma, Haddad (2019, p.141) referenciando Paulo Freire:

Freire acreditava no diálogo como método de apreensão do conhecimento e aumento da consciência cidadã defendia que os educadores fossem ouvidos, que expressassem suas ideias como exercício democrático de construção de autonomia de preparação para a vida. Propunham o diálogo efetivo, crítico respeitoso, sem que o professor abrisse mão da sua responsabilidade como educador no preparo das aulas e no domínio dos conteúdos. Freire defendia que todos tinham o que apontar nesse processo de diálogo, assim como todos aprendiam em qualquer processo educativo: não há docência sem discência. (HADDAD, 2019, p.141).

Deste modo, para compreendermos a educação na ordem do capital, necessita enfatizar o contexto sócio-histórico da composição da sociedade capitalista exposto no tópico 1.1 deste capítulo. Com as transformações do capital a sociedade também se modificou como já enfatizado no texto acima. Tais desenvolvimento trouxeram grandes impactos para o sistema educacional em especial no Brasil.

A expansão do ensino foi lenta e irregular, por falta de uma formulação da política educacional e mesmo com a Proclamação da República, em 1889, quase não alterou esse cenário, mas houve somente investimento e expansão no ensino superior, por meio da criação de muitas escolas para a formação de profissionais liberais, em atenção aos interesses de uma classe dominante para a permanência no poder. (BENJAMIN,2016, p.06)

Tendo em vista, que com desenvolvimento do capitalismo, simultaneamente mudou as formas de produção na sociedade, resultando em novas configurações no cotidiano dos seres humanos, isto posto, interferiu diretamente na área educacional, pois, com a industrialização pesada e o processo de urbanização, via-se a necessidade de qualificação da mão de obra e controle da população.

No Brasil, a educação intensifica pela necessidade da classe subalterna se enquadrar no mercado de trabalho, devido ao processo de industrialização que vinha sendo implementado no país a partir 1950, com a expansão da demanda global, e com a política econômico-financeira instalada pelo golpe de 1964, como afirma Netto:

Alteração na estrutura da demanda social por educação institucional expressa-se significativamente a partir de meados dos anos cinquenta. Seus condicionamentos societários mais fortes provêm das exigências e implicações do padrão de desenvolvimento vinculado à industrialização pesada – de uma parte, uma qualificação distinta para a força de trabalho e, doutra as consequências da urbanização. (NETTO,2005, p.55).

A função da educação na ordem do capital, torna-se essencial para intermediar o aumento da acumulação capitalista, pois se trata de uma categoria de transferências de ideias, criada historicamente do homem para si mesmo. Como aborda o Cury (1979, p.189) “[...]O sistema capitalista se mantém através da cultura que reproduz a acumulação do capital. É ainda a educação que vai servir de elo mediador para o processo de acumulação” [...] (apud PIANCASTELLI,1994, p.31).

Considerando as profundas desigualdades sociais e o lugar das políticas públicas do Estado na redução das assimetrias sociais é de se supor que a crise social ganhará uma nova escala no país. Com a desconstitucionalização geral dos recursos para educação, toda educação brasileira estará vulnerável frente à investida do capital (LEHER, 2021, p.26).

Deste modo, a educação subordinada à lógica da mercadoria expressa no processo educativo suas ferramentas de ensino-aprendizagem para consumo da classe trabalhadora, como também engloba o próprio processo de

qualificação/capacitação da força de trabalho, potencializando a extração de maisvalor (MOTTA, EVANGELISTA, E CASTELO,2021, P.02).

Com as transformações no processo de produção, conseqüentemente alteraram suas formas educacionais, pois se fez necessário neste momento um novo tipo de trabalhador que seja ágil e desenvolva variáveis funções, como traz Ivo Tonet em seu livro Educação contra o Capital:

(...)Este novo modelo produtivo exigia um outro tipo de formação. Certamente, a informação - especialmente o domínio das novas tecnologias continua a ser importante, mas agora o trabalhador precisa aprender a pensar, a resolver problemas novos e imprevisto, precisa ter uma formação polivalente, ou seja uma formação que lhe permita realizar tarefas diversas e, além disso, a transitar com mais facilidade de um emprego a outro, pois a estabilidade já não faz parte desta nova forma de produção (TONET,2012, P.10).

Neste cenário a o sistema educacional brasileiro tem a função apenas de assegurar os interesses da ordem capital, negando o seu real valor, “nesse contexto, a educação tem sido chamada em última análise, a cumprir o papel basilar, não de construir o homem livre e pleno, mas de ajustar os indivíduos aos ditames do trabalho explorado, que é o motor fundamental da dinâmica do capital” (RABELO, 2009, p.04).

Esta forma de propagação da educação é assegurada pelo estado, pois quanto mais precarização e negligenciado for o acesso à educação, melhor é para a classe dominante “(...) Pois, o conhecimento expande e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja, tanto mais facilmente se podem satisfazer suas necessidades.” (MARX,1968, p.839).

Essa inversão de valores na educação impede que ela exerça a sua função de emancipação humana, o que reflete de forma negativa em nossa sociedade, impedindo que a educação escolar atinja sua finalidade de construção de seres autônomos (PARREIRA E JOSÉ FILHO, 2011).

Lombardi (2005, p.20) afirma sobre os fundamentos da pedagogia marxiana: “A educação pública (estatal), gratuita, popular é voltada ao desenvolvimento de todos; laica e totalmente livre da influência da religião, das classes e do Estado Burguês; formativa e pautada exclusivamente no método experimental e científico”.

Segundo Schlesener (2016, p.34) “a educação tem a função social de possibilitar a apropriação pelos homens das objetivações genéricas da humanidade. Além disso, no processo educativo, surgem novos conhecimentos e habilidades que poderão contribuir no aprimoramento do processo de autoconstrução humana”

Como previsto no artigo 205 da Constituição Federal, "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". É com base na constituição federal apresentada em 1988 e da (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996³ que se pauta o sistema educacional brasileiro atualmente, a educação brasileira no papel é muito rica, porém sua preciosa escritura não é propagada de forma eficaz e suficiente no cotidiano da população brasileira.

A precarização do ensino formal no Brasil acentuou com a chegada da Pandemia no Brasil, as escolas têm que se adaptar, tendo como principal demanda o ensino remoto, segundo Motta, et al (2021)

A partir da pandemia decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, o aprofundamento da implementação de pacotes tecnológicos nas instituições escolares e universitárias para viabilizar o ensino remoto em larga escala. De um lado, esta medida se mostrou necessária em um período em que devemos defender, de todas as maneiras, medidas emergenciais de distanciamento social e de proteção à vida. De outro, e aqui a contradição se agrava profundamente, o ensino remoto é uma das pontas de lança do grande capital para substituir trabalho vivo por trabalho morto, aumentando o exército industrial de reserva do setor educacional, e levar à subsunção real do trabalho ao capital a um patamar até então inimaginável, desarmando as organizações combativas das e dos profissionais da educação (MOTTA, et al, 2021, p.03)

A falta de assistência à população mais pobre do país se acentuou com a chegada do vírus e com o projeto político do atual (des) governo de execução da classe subalterna, o cotidiano de milhares de brasileiros tem sido cada mais desafiador e desumano, como apresenta Yazbek (2020, p.11) “(...) o (des) governo federal vem assumindo o projeto ultra liberal conservador e obscurantista, de estímulo ao ódio de classe e aos grupos sociais historicamente excluídos de acessos a bens, serviços públicos e direitos”.

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

Além disso, é importante ressaltar todo processo de desmonte e negação das políticas públicas que intensificou no país desde 2015 com o golpe dado na presidente Dilma Rousseff⁴, tendo durante o Governo do Temer grandes cortes nas políticas públicas como a aprovação da Emenda constitucional nº55⁵, que congelou os gastos públicos em 20 anos.

Importante destacar o grande aumento da precarização das políticas públicas que se intensificaram durante o governo Bolsonaro, reafirma o seu projeto Ultra neoliberal de desmonte do estado, negando em todas as esferas das políticas públicas, como o caso da educação que sofreu o maior corte orçamentário por meio do Decreto 9.741/2019⁶.

O (MEC) Ministério da Educação no ano de 2021 foi o que mais sofreu com esse corte, tendo R\$ 2,7 bilhões bloqueados e R\$ 2,2 bilhões vetados na educação básica, profissional e superior, pelo presidente⁷, totalizando quase R\$ 5 bilhões a menos, o que impacta negativamente na efetividade do ensino, prejudicando e negligenciando o direito dos jovens e crianças ao acesso por uma educação inclusiva, democrática e de qualidade.

As propostas governamentais de Temer e de Bolsonaro, vão de encontro a lógica da privatização das atividades estatais, negligenciando o acesso da população ao ensino público de qualidade(FREIRE e CORTES,2020, p.42).

A educação institucionalizada nos últimos 150 anos, serviu no seu todo ao propósito de não fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa a gestão da sociedade(...) (MÉSZÁROS,2008, p.35).

É neste contexto de sucateamento educacional que está inserida a população de classe mais baixa, o sistema permite o direito de educação da classe subalterna, porém procura impedir sua mudança de função social. Contudo, é necessário que as

⁴ Livro de do Jesse de Souza “Porque Gritamos Golpe”.

⁵ O governo de Jair Messias Bolsonaro decidiu bloquear R \$34,955 bilhões do Orçamento de 2019.
<https://legis.senado.leg.br/norma/540698>

⁶ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9741.htm

⁷ [https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2021/04/educacao-e-a-area-mais-atingida-pelos-cortes -orcamentarios-de-bolsonaro/](https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2021/04/educacao-e-a-area-mais-atingida-pelos-cortes-orcamentarios-de-bolsonaro/)

soluções para que a educação possa ser eficiente e efetiva como em sua escrita ultrapassem a formalidade (MÉSZÁROS,2008, p.35).

Portanto, é preciso repolitizar a política educacional e revigorar o projeto democrático inclusivo e transparente com participação popular, desmoralizando a educação como uma questão técnico - administrativa.

Os processos democráticos, participativos e transparentes são importantes sempre. Precisamos de escolas currículos comprometidos em promover a igualdade, o engajamento cidadão e o combate a todo tipo de exclusão e discriminação, mas esse trabalho não pode ser separado dos métodos, o “como” da governança e da formulação das políticas. Os processos da política educacional precisam ser democráticos, transparentes e inclusivos, com participação dos cidadãos comuns e dos profissionais da educação, numa verdadeira gestão democrática da educação (AVELAR, 2019, P.79).

Deste modo, é necessário buscar novas alternativas para que a educação cumpra o seu papel, é primeira alternativa senão a mais importante é a luta para superação do sistema capitalista, segundo SCHLESENER (2016, p.30) “Conceber a educação em seu sentido ontológico é relevante para a compreensão do seu papel na sociedade, independentemente de um determinado período histórico “como traz CFESS/CRESS (2011)

A educação emancipadora não se realizará sob essas condições institucionais presentes na Política de Educação, cuja função central é de mediar os processos de reprodução da sociedade do capital, ainda que muitas sejam as referências produzidas em diferentes campos profissionais sobre as possibilidades de uma educação “crítica” ou “cidadã” nos marcos da atual política educacional (CFESS/CRESS,2011, p.21).

Romper com a ordem do capital na área educacional, tem como finalidade substituir as formas preconizadas e enraizadas de internalização, por uma alternativa que abranja a totalidade das práticas educacionais (MÉSZÁROS,2008, p.47).

2. O SERVIÇO SOCIAL E A ESCOLA: DEMANDA E RESPOSTA SOBRE O FAZER PROFISSIONAL

Neste capítulo iremos abordar a importância do serviço social nas escolas de ensino fundamental.

2.1 O DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS: A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL.

O Serviço Social surge para atender os interesses da classe dominante, com sua inserção no bojo da igreja católica, a profissão vai agir de acordo com os modos

tradicionais e conservadores, defendendo os valores e ideais políticos, sociais e econômicos desta classe. Segundo Iamamoto (2007):

Como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade, em face do crescimento da miséria relativa de contingentes importantes da classe trabalhadora urbana, o Serviço Social, aparece como uma das alternativas às ações caritativas tradicionais, a partir de uma nova 'racionalidade' no enfrentamento da Questão Social (IAMAMOTO, 2007, p.19).

Deste modo, o Serviço Social desde o seu surgimento preparou-se por vários processos de maturação e mudanças contínuas, processos este que está diretamente ligado ao movimento histórico da sociedade capitalista.

No Brasil é a partir de 1979 com a “intenção de ruptura” que a profissão irá se aproximar do marxismo, tendo o firmamento do Serviço Social como uma profissão crítica, tendo como marco Congresso da Virada⁸

É com base em toda a história da profissão na luta contra o conservadorismo e aos interesses da ordem burguesa, que vai constituir na profissão um pensamento crítico baseado no marxismo contra a ordem vigente societária, aproximando -se assim a defesa dos interesses da classe trabalhadora (NETTO, 1999, p.05)

Portanto, é a partir deste processo que os assistentes sociais vão consolidar uma luta diretamente contra a ordem burguesa e organizar-se através de um projeto societário e profissional, tendo como base a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/93), o Código de Ética Profissional e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Esse processo está ligado ao desenvolvimento do capital que necessita dar novas respostas para as demandas da ordem capitalista, que se expressa por meio globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial (IAMAMOTO, 2000, p.18). Tal contexto reflete

⁸ “A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no serviço social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição - o condição política - para construção de um novo projeto profissional (NETTO, 1999, p10)”. É durante a década de 60 que inicia o processo de renovação do serviço social efetivando as suas 3 vertentes, primeiro a modernização conservadora, segundo em 1970 a reatualização do conservadorismo que trouxe a profissão novamente a ligação com a igreja, mas não de forma direta, essa ligação irá repudiar as vertentes teórica-mitológica da tradição positivistas e as raízes marxista, que irá se configura em seguida na intenção de ruptura em 1972, tendo o seu principal marco em 1979 no Congresso da virada.

na sociedade com o aumento da exploração e negação dos direitos da população, em especial da classe trabalhadora, aumentando cada vez mais a desigualdade social e as expressões “*questão social*”.

Outro aspecto a tratar, é o cenário em que se insere o Serviço Social hoje: as novas bases de produção da questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. A profissionalização e o desenvolvimento do Serviço Social são fruto do padrão de desenvolvimento do pós-guerra, sob a hegemonia norte-americana, tensionado pela guerra fria, ante as ameaças comunistas. Esse padrão de desenvolvimento demarca um largo ciclo expansionista da economia internacional, sob a liderança do setor industrial (IAMAMOTO,2000, p.29)

Estes novos tempos reafirmam, o agravamento das múltiplas expressões da questão social, entretanto, “é nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO,2000, p.28)”.

Tal desenvolvimento do capital já exposto revela o avanço do desmonte das políticas públicas e aumento do assistencialismo, “Na contemporaneidade capitalista refletem os traços de um movimento permanente de perdas, regressão social, ofensiva contra os trabalhadores, superexploração da força de trabalho em âmbito mundial, com expressões nefastas na periferia dependente (RAICHELIS E ARREGUI,2021, p.139)”.

É neste cenário de exploração do MPC que irá se expressar a “questão social”, elemento principal de intervenção dos assistentes sociais, que é gerada na apropriação dos frutos do trabalho coletivo, onde uma parte da sociedade monopoliza os bens e serviços. Segundo Iamamoto(2000, p.27):

Essa contradição é fundamental da sociedade capitalista entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho - está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redunde, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porém, de outro lado e na sua contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive naqueles considerados “primeiro mundo” (IAMAMOTO 2000, p.27).

O trabalho do assistente social está inserido dentro deste processo de produção da desigualdade e da resistência, movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2000, p.28).

Neste contexto o Serviço Social, posto como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho deve buscar atender às demandas vivenciadas pela classe trabalhadora que são geradas pelo MPC, visando a garantia dos direitos sociais, culturais, econômicos desta classe (FERRAREZ, 2016,p.01) com isso, o Assistente Social se encontra na posição de trabalhador assalariada, o que coloca em contradição em seu exercício profissional, por ter concepções divergente da burguesia, Como afirma lamamoto

Ora o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem às necessidades sociais, isto é, têm um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os assistentes sociais também participam, como trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou de redistribuição da riqueza social. Seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um efeito na produção ou na redistribuição do valor e da mais-valia (IAMAMOTO,2000, p.30)

Deste modo, é predominante que os Assistentes Sociais em sua condição de assalariado, conduzem sua ação profissional de acordo com as 3 dimensões da categoria profissional em busca de não reproduzir as mazelas do capital presentes no cotidiano. É sempre necessário reforçar o fazer profissional dos assistentes sociais por meio das dimensões teórico metodológicas - ético político e técnico operativo, tendo em vista, os grandes desafios posto aos assistentes sociais no presente contexto neoliberal de sucateamento das políticas públicas.

Segundo lamamoto (2000, p.40) “O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas”. A precarização das políticas públicas no Brasil, em especial na política educacional, reflete no cotidiano da população de forma negativa, em especial na classe mais baixa, com baixa qualidade do ensino, falta de

estrutura nas escolas, falta de acesso à mesma, além da não valorização dos professores e profissionais da rede de ensino.

Segundo dados do Censo Escolar publicados em (2017), 93,9% das escolas de ensino fundamental não têm condições adequadas de saneamento básico. Pouco mais de 50% das escolas brasileiras possuem bibliotecas ou salas de leituras, apenas 48% das instituições têm laboratório de internet.

Outro fator que assola a população brasileira é o aumento do desemprego, como mostra a reportagem de Alvarenga (2021) no G1, onde a taxa de desemprego chegou a 14,2 % entre novembro de 2020 a Janeiro de 2021, atingindo o recorde de 14,3 milhões de pessoas, tendo também um aumento de 39,7% na taxa de informalidade da população ocupada totalizando em 34,1 milhão de trabalhadores informais.

A falta de trabalho impacta diretamente no cotidiano das famílias, refletindo de forma negativa na vida das crianças, jovens e adolescentes, contribuindo para evasão escolar, como afirma a reportagem de Santos e Ribeiro (2020):

A exclusão escolar tem diversos fatores relacionados, mas todos estão ligados a uma questão estrutural. A crescente desigualdade e a falta de emprego e renda têm obrigado muitas meninas e meninos, cada vez mais jovens, a saírem de casa para trabalhar e ajudar a manter os sustentos da família. E as condições vão ficando mais precárias quando paramos para olhar as questões raciais (SANTOS E RIBEIRO, 2020).

Em 2020, 10,1 milhões de adolescentes e jovens entre 14 e 29 anos, evadiram da escola, cuja 71,7% destes adolescentes são pretos ou pardos. Tendo um aumento considerável em relação ao ano de 2019, onde a taxa de evasão escolar foi de 2,2% (UNIFEC,2021, p.24).

Com o avanço da política neoliberal juntamente com a chegada da pandemia e desmonte das políticas públicas protagonizadas pelo governo Bolsonaro, tais situações de vulnerabilidade tornaram-se ainda mais comuns, impactando na vivência dos estudantes brasileiros.

Oliveira (2011) vai destacar que

É nesse contexto de crise, com mutações nas funções do Estado, que as políticas sociais se reconfiguram para atender aos interesses de produção e reprodução do capital e é, a partir daí, que se apreende os elementos que reconfiguram a política de educação na atualidade, sem perder de vista os determinantes sócio-históricos que marcam a sua constituição e desenvolvimento no país (OLIVEIRA, 2017, p.04).

É importante destacar que a educação sempre foi um dos alvos de embate da burguesia ao longo de sua história. A classe dominante sempre buscou a mercantilização da educação visando restringir o acesso ao ensino, como aborda Motta, et al (2021, p.02):

Grandes conglomerados financeiros avançam nas formas de empresariamento, privatização, mercantilização, mercadorização e financeirização dos sistemas educacionais. Cínicamente, frações burguesas se fortalecem no âmbito político ideológico nas disputas pelas políticas públicas da educação, seja por meio de parcerias público-privadas e da atuação de seus aparelhos privados de hegemonia (APH), seja ocupando espaços nos aparelhos estatais, a exemplo do Conselho Nacional de Educação (MOTTA, ET AL, 2021, p.02)

Frente a tal contexto, Piana (2011, p.191) vai relatar que mesmo que a educação seja declarada como um direito prioritário do cidadão, “ela expressa também os reflexos do mundo do trabalho e sofre as influências do mercado, da nova política de emprego do mundo moderno e da relação público e privado” (PIANA, 2010, p.191). Segundo Tonet (2016, p.32)

O capital precisa apoderar-se, de modo cada vez mais intenso, de novas áreas para investir. A educação é uma delas. Daí a intensificação do processo de privatização e de transformação desta atividade em uma simples mercadoria. Não é preciso referir as consequências danosas que este processo traz para o conjunto da atividade educativa (TONET 2016, p.32).

Os interesses da classe dominante perpassam todo espaço educacional, tornando as escolas espaços de mera reprodução e conformidade com a ordem do capital, tendo também o estado com mediador no processo de sucateamento do sistema educacional, como traz Mészáros (2008, p.45)

Nessa perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital, tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das suas funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade quanto For Capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada é uma sanção ativa ou mesmo mera tolerância de um mandato que estimule as instituições de educação formal abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo ou seja, a

tarifa de romper com a lógica do capital no interesse da Sobrevivência humana, seria um milagre monumental (MÉSZÁROS,2008, p.45).

Este cenário de precarização, exclusão e sucateamento da política educacional cercam a vida escolar de vários alunos, que além da dificuldade pedagógica, ecoa também no ambiente escolar os problemas sociais como, violência, abuso, falta de acesso à política educacional e demais direitos.

As condições sociais, econômicas, políticas e culturais dos estudantes e seus familiares entrelaçadas pela produção capitalista são fatores que contribuem para os demais problemas apresentados nas escolas, reafirmando a implementação de diferentes profissionais para viabilização do direito à educação (OLIVEIRA,2017, p.03).

Como traz a pesquisa feita pelo (GTSSSEDU) Grupo de Trabalho em Serviço Social da Educação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que desenvolveu uma pesquisa em 3 municípios da Bahia, sobre a percepção dos professores diante dos problemas que os alunos enfrentam e o que os professores mais ouvem dos alunos sobre os seus problemas.

Silva (2001) expõe que, na cidade de Santo Amaro -BA, apenas 9% dos problemas enfrentados pelos alunos são relacionados à questão pedagógica, os outros 91% estão ligados à violência doméstica, uso de drogas, falta de afeto, segundo a percepção dos professores.

Em Cachoeira - BA, os professores apontam que 58% dos alunos enfrentam problemas relacionados a brigas entre os pais, problemas familiares, violência doméstica, alcoolismo, fome, carência afetiva e pobreza.

Já em Senhor do Bonfim - BA, 92% dos professores relatam que os problemas dos alunos estão ligados a fatores como trabalho infantil, violência, alcoolismo, problemas familiares, afetivos e drogas. Com relação aos problemas que os professores mais ouvem dos alunos estão ligados a: brigas entre pais, alcoolismo, fome, violência, drogas, trabalho infantil, ausência dos pais na vida escolar.

Meire (2017) em sua tese de monografia: “As Expressões Da Questão Social No Setor Educacional: Um Estudo De Caso Em Ouro Preto-Mg”, também aborda sobre os problemas sociais apresentado no ambiente escolar pelos alunos da Escola Municipal Monsenhor João Castilho Barbosa, dentre eles estão Prática de bullying entre os alunos de todas as classes; Crianças que chegam sem uniforme, material

escolar, merenda e afins; Evasão escolar entre alunos mais velhos, dentre esse público também apresenta falta de dinheiro para transporte. Alguns trabalham no regime de turno e não conseguem conciliar os horários; Uso de drogas lícitas e ilícitas dentro e fora da instituição; Briga entre alunos devido a diversos fatores.

A falta de capacitação dos professores e direção escolar em lidar com tais situações que ultrapassam o quesito pedagógico apresentado pelos alunos, influência para a precarização do ensino (MACEDO, CABRAL E FERREIRA, 2014, p.111).

Em vista disto, torna evidente que os problemas enfrentados no ambiente escolar vão muito além do pedagógico, a escola é um ambiente onde as expressões da questão social se apresentam fortemente (MACEDO, CABRAL E FERREIRA, 2014, p.111). O que coloca em lógica a inserção do serviço social nas escolas, visando o trabalho e capacitação destes profissionais em fazer frente às variáveis expressões da questão social presente na sociedade.

Diante de tais ataques feitos a política educacional é necessário sempre reforçar que a educação é um direito do cidadão e o estado tem o dever de garantir o acesso uma educação pública, gratuita e de qualidade, garantindo acesso e permanência dos alunos as escolas, como descrito no art.205 da Constituição Federal de (1988) e no art.53 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Em vista de reforçar esses direitos no dia a dia e viabilizar a garantia do mesmo, torna ainda mais importante a presença do serviço social no ambiente educacional, diante de todo o conhecimento deste profissional sobre a realidade, como descrito acima.

A presença do assistente social na área da educação foi apresentada pela primeira vez nos Estados Unidos em 1906, onde por meio dos centros sociais eram designadas visitadoras para saber das famílias os motivos dos filhos não irem às escolas (DENTZ E SILVA,2015, p.11). A inserção do Serviço Social na escola ocorre devido à necessidade de um profissional de caráter assistencial em busca de responder as expressões da Questão Social que dificultam a evolução do aprendizado e a dinâmica funcional da instituição (VIEIRA, 2016, p.14 apud WITIUK, 2004, p.38).

No Brasil, é na década de 1930 que ocorre essa aproximação do Serviço

Social com a Educação, com a criação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil que fundamentava de um viés conservador em busca de atender as demandas da classe dominante. Desta forma, a inserção dos assistentes sociais aconteceu pautada em um viés conservador, autoritário e assistencialista devido a ideologia conservadora configurada no cerne da profissão (CFESS,2011, p.5).

Como afirma Piana (2009, p.126).

As atividades dos assistentes sociais eram voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a adaptação dos escolares a seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar. Os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social (PIANA 2009, p.126).

Com isso é importante ressaltar que o “Serviço Social na área educacional teve seus avanços, deixando de ser moralizador, passando a trabalhar na tentativa de solucionar os problemas sociais dos alunos a fim de garantir sua permanência na escola, ou seja, para garantir seu direito social à Política de Educação (VIEIRA, 2916, p.30)”. O trabalho do assistente social na área da educação é, no primeiro momento, garantir o direito já preconizado nos marcos legais, identificando e intervindo nas questões sociais que fazem parte desse campo de atuação (CFESS,2011, p.50).

Diante de tais contexto apresentado no ambiente escolar, o CFESS (2011, p.58) aborda que:

A atuação do Serviço Social desdobra como possibilidade de enfrentamento das manifestações da questão social, seja no atendimento imediato dos/as educandos/as, familiares e comunidade, seja na ampliação ou redefinição da leitura da realidade pelos/as diversos/as educadores/as do sistema de ensino e, ainda, apresenta-se como possível interlocutor que alarga o diálogo com as demais políticas sociais e com os diversos sujeitos individuais e coletivos (CFESS, 2011, p.58).

Em consonância com o amadurecimento da profissão baseada em uma intervenção crítica e com as transformações societárias se visualiza no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da educação (CFESS,2011, p.05). Concomitante a este processo o debate sobre o serviço social na educação no Brasil, ganha formas mais contundentes a partir do ano 2000.

Como traz a brochura intitulada “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação em 2011/2014:

Em 2000, a Dra. Sylvia Terra elaborou o parecer jurídico 23/2000, sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio, visando a inserção do Serviço Social na educação a partir das atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, e também das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e sua regulamentação nas instâncias de poder municipal e estadual.

Desde então, em 2001 teve início a constituição de um Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação pelo CFESS, que construiu a brochura intitulada “Serviço Social na Educação”.

Em 2004 solicitado pelo Prof. O Dr. Ney Luiz Almeida sobre os projetos de lei que pauta sobre a inserção do/a assistente social na área de educação, dando vida ao documento “Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação”. No ano seguinte, instituiu-se uma comissão de trabalho formada por representantes dos CRESS de cada região do país e de representantes do CFESS, apresentada durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS.

Tendo no ano de 2006, o 35º Encontro Nacional (2006), que constituiu o Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação, do Conjunto CFESS-CRESS, porém foi a partir de 2008 que o grupo se reuniu com mais frequência.

Em 2008/2009 realizou a sistematização de leis e projetos de lei acerca do Serviço Social na Educação no âmbito municipal, estadual e nacional; incidiu para a ocorrência de adequação das legislações que apresentavam incorreções, tais como a identificação do serviço social com a política de assistência social, bem como a necessidade da ampliação da concepção de “Serviço Social Escolar” para “Serviço Social na Educação”; gestão e acompanhamento frente aos projetos de lei e de emenda constitucional em trâmite no Congresso Nacional.

Entre 2010/2011 foi elaborado no GT da educação, por meio de metodologias dada a inserção dos assistentes sociais na política da educação em todos os estados, o que designou na criação do documento “Subsídios para o debate sobre o Serviço

Social na Educação” com base nos levantamentos das discussões e produções de 2000 a 2010.

Em 2012, ocorreu articulação, mobilização e participação nos debates estaduais e regionais a partir do documento “Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação”, como atividades preparatórias para o Seminário Nacional de Serviço Social na Educação; sistematização dos relatórios dos debates estaduais e regionais para subsidiar o processo de construção dos materiais elaborados pelo GT; atualização do levantamento sobre as legislações municipais, estaduais e federal, já implementadas ou em tramitação, que tratam da inserção de assistentes sociais na Política de Educação; realização do Seminário Nacional de Serviço Social na Educação, nos dias 4 e 5 de junho, em Maceió (AL), que contou com a participação de 1.100 pessoas.

A partir dessas atividades desenvolvidas pela categoria profissional na área da educação, reforçamos a exposição de 2 documentos produzidos neste período, o 1º o Parecer Jurídico de 22 de outubro de 2000 (23/2000) do CFESS, Este documento elenca 6 competências⁹, pelas quais expressam em ações que devem

⁹ 1º lugar irá relatar sobre a importância das abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação, essas abordagens são necessárias, pois por meio dela é possível o enfrentamento a violências, situação de ameaças, violação de direitos, entre outras questões de vulnerabilidade. 2º a importância de fazer intervenção articular as diversas dimensões da atuação profissional CFESS (2011, p.50), o 2º documento Subsídios para o Serviço Social na Educação (CFESS.GT EDUCAÇÃO, 2011).

Aborda as seguintes temáticas: garantia do acesso da população à educação formal; garantia da permanência da população nas instituições de educação formal; garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional; garantia da gestão democrática e participativa na Política de Educação; Contribuir para a intensificação da luta pela educação como direito social e a consolidação do Serviço Social nesta política pública; apontar as reflexões teóricas e políticas que permearam a constituição e história do Grupo de Trabalho do Conjunto CFESSCRESS sobre o Serviço Social na Educação.

Tais produções, norteiam a intervenção profissional em busca de reforçar a luta pelos direitos da classe trabalhadora, como também juntamente a ela buscar a transformação societária. desta forma, enfatiza a importância do assistente social nas

escolas, tendo em vista a capacidade deste profissional em fazer frente às várias expressões da questão na sociedade burguesa, pois “decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social (IAMAMOTO,2016, p.27)”.

Destacando os fundamentos da profissão, pautados nas dimensões teórica - metodológica, ético - político e técnico - operativo que “alicerçam as estruturas necessárias para a construção da competência crítico-reflexiva e as habilidades

coletiva junto aos movimentos sociais, visando os fundamentos desses movimentos em busca de fazer frente a luta pela ampliação dos direitos sociais, em especial a educação pública, laica e de qualidade. 3º destaca-se a necessidade investigativa que particulariza o exercício profissional, pois por meio dela é possível compreender as condições de vida, trabalho e de educação da população, tendo a apreensão da realidade social dos estudantes e seus familiares, indo além do que se apresenta visualmente. 4º aborda sobre a importância de construção de estratégias e fomento para participação dos estudantes, professores, trabalhadores da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras adquire uma particularidade diante da predominante estrutura verticalizada e muito pouco democrática destes espaços na Política de Educação. 5º tópico explicita sobre a dimensão pedagógico - interpretativa e socializadora das informações e conhecimento no campo dos direitos sociais e humanos das políticas sociais, tendo em vista que essas atividades trazem elementos fundamentais para o funcionamento das instituições, entretanto, essas intervenções não é bem aceita pelos outros profissionais em especial os pedagogos, o que coloca em entraves à inserção dos assistentes sociais nesses espaços. 6º documento irá trazer sobre a importância de uma maior participação e compreensão dos assistentes sociais e demais trabalhadores da política educacional, inclusive os estudantes sobre gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação.

teórico-práticas para apreender o movimento da realidade contraditória (BENEVIDES, 2018, p.06)”. Ressaltando, que esses elementos por si só não se tornam eficiente para o exercício profissional, como aborda lamamoto (2000, p.53) “Só o domínio de uma perspectiva teórico-metodológica, descolada seja de uma aproximação à realidade, do engajamento político, ou ainda de uma base técnicooperativa, ele, sozinho, não é suficiente para descobrir e imprimir novos caminhos ao trabalho profissional.” Portanto:

É imprescindível o compromisso com o exercício profissional propositivo e comprometido com os princípios e valores expressos no projeto profissional. Para tanto, é necessário estar atento ao distanciamento entre teoria e prática no Serviço Social, pois a desvinculação da teoria da prática pode conduzir o profissional para o teorismo e para a prática esvaziada de fundamentação teórica e que conduz o assistente social ao praticismo, ao trefismo rotineiro e alienante (BENEVIDES, 2018, p.17)”.

Em consonância a todo esse processo temos no ano de 2020, após muita luta da categoria a implementação da lei 13935/2019⁹, que garante a implementação de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas de ensino fundamental.

É importante abordar que, diante dessa conquista de espaços profissionais, no campo da educação, o assistente social participe ativamente da construção desse momento histórico, pois conhecedor de sua trajetória nesse campo e dos profissionais da educação, deverá estrategicamente buscar alianças com esses próprios educadores, sobretudo nos espaços de debate e de organização que lhes são próprios, como as universidades, as associações acadêmicas e os sindicatos (Piana,2015, p.156).

A lei 13.935 foi promulgada no dia 11 de dezembro de 2019, consta com 3 artigos que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

A efetivação desta lei foi uma grande conquista após anos de lutas e organização dos Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), entre outros órgãos das categoria, que ao longo de um década se uniram para aprovação do projeto de lei PL 3688/2000, que foi vetado no dia 09 outubro de 2019 pelo presidente Jair messias Bolsonaro, posteriormente, no dia 27 de novembro do mesmo ano, após a resistência dos psicólogos e assistente sociais teve o veto derrubado pelo congresso nacional, contemplando no dia 11 de dezembro de 2019 a aprovação da lei 13935.

Que nos termos do parágrafo 5º do artigo 66 da Constituição Federal a lei 13935 dispõe dos seguintes termos:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL,2019).

Dentro dos marcos legais para implantação desta lei destacar o Fundo de

⁹ Lei Nº 13.935, De 11 De Dezembro De 2019 - https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13935-11-dezembro-2019-789559-publicacaooriginal_-159616-pl.html < acesso em: 20/05/2022>.

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Fundeb, que com base lei 14. 113 de 2020 destinará 70% ao pagamento dos profissionais da educação pelos quais incluem os psicólogos (os) e as (os) assistentes.

A contratação destes profissionais será feita mediante as demandas de cada município e os portes das respectivas redes de educação, resguardando a qualidade técnica e ética do trabalho, recomendados editais que contemplam a inserção dos assistentes sociais e psicólogos na educação (CRP/CFESS,2020, p.31)

Diante das orientações da lei 13.935 se encontram também as atribuições dos assistentes sociais o CRP/CFESS (2020, p.30) de 13 atribuições aos assistentes sociais na educação básica:

- Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
- Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos (às) estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do (a) adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
- Atuar no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola;
- Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
- Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
- Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;
- Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
- Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras

instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes;

- Realizar de assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões;
- Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;
- Propor e participar de atividades formativas destinadas à comunidade escolar sobre temas relevantes da sua área de atuação;
- Participar de ações que promovam a acessibilidade;
- Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica.

A inserção dos assistentes sociais na educação básica tem como perspectiva a garantia e acesso aos direitos sociais, como direito do cidadão e dever do Estado. Pois, mesmo com as limitações apresentada aos indivíduos na sociedade capitalista, a perspectiva de viabilizar a garantia dos direitos à educação do ensino primário até o superior, pode contribuir para formação de um sujeito conhecedor dos seus direitos, que se reconhece no processo de socialização, tornando-o seres autônomo e emancipados (CFESS/CRESS,2014,p.58)

Tendo em vista das contribuições que este profissional acrescentar no ambiente escolar De Macedo, et,al (2014,p.115) afirma que

Fica evidente a importância do papel do assistente social no universo escolar, pois o assistente social possui uma bagagem teórica e metodológica e um olhar sensível que foi adquirido por ele ao longo da sua formação acadêmica para lidar com as expressões da questão social existentes na sociedade e que infelizmente permeia no âmbito educacional. A escola é o ambiente em que as crianças e adolescentes passam a maior parte do dia na companhia dos colegas, professores e equipe diretiva, é nela que o aluno revela as mazelas sociais que configuram as demandas escolares (DE MACEDO, ET AL, 2014,p.115)

O Serviço Social, portanto, tem como função contribuir com diagnósticos sociais, indicando alternativas aos problemas sociais enfrentados pelos alunos, além de identificar fatores sociais, econômicos e culturais (CFESS,2001). Pois o fazer profissional, envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como uma mediação para a construção de uma outra sociabilidade (CFESS,2011)”.

2.2 O Serviço Social Nas Escolas De Ensino Fundamental Da Cidade De Itabirito - Mg.

Itabirito está localizado na região central de Minas Gerais, a cidade tem em sua gênese a extração do ouro que durante um bom tempo foi o principal comércio da região, seu povoamento teve início no final do século XVII, com a chegada dos colonos e imigrantes que ocuparam as terras da região e em pouco tempo tornou arraiais e vilas.

Em 1880 a crise se instaurou na região, na produção aurífera em especial após o desabamento da Mina de Cata Branca (a principal da região), quando iniciou um expressivo desaquecimento econômico que impactou a vida social e cultural da população local (IBGE,2017). É após este período que inicia a chegada de empresas nos ramos da siderurgia, tecidos e couro, com a construção da linha ferroviária “Estrada de Ferro Dom Pedro II”, que mudou a imagem colonial da cidade e implementando um cenário industrial, por seguinte trouxe a emancipação do município em 7 de Setembro de 1923 (IBGE,2017).

Localizada na região do Quadrilátero Ferrífero, o município tem como principal fonte econômica a mineração, tendo a SAFM Mineração, como principais empregadoras e exploradoras da região.

Itabirito está inserida na região do Quadrilátero Ferrífero e abriga importante atividade de exploração de minério, além de outros ramos dinâmicos nos setores da indústria e de serviços. Atualmente, o município desenvolve-se buscando equilibrar as necessidades do presente e a valorização do seu patrimônio cultural, referência importante sobre as histórias que antecederam ou acompanharam a formação de Itabirito (IBGE,2017).

Em 2020 a população estimada do município é de 52.446 habitantes, em 2019 a população ocupada era de 33,4 % e o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo em 2010 era de 30,5 %. Destacando que o PIB da cidade é o mais alto da região no valor de R\$ 97.711,87 conforme o (IBGE,2020)

No âmbito educacional, o município de Itabirito - MG, se destaca por ter a maior taxa de escolarização da região entre alunos de 6 a 14 anos, com 99,4%. A cidade

também tem a maior pontuação do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental com 6,5 e 4,8 nos anos finais (IBGE,2017).

A Secretaria Municipal de Educação -SEMED, localizada no município de Itabirito é uma instituição pública, e está situada na Rua Araújo Lima, nº 23 no Bairro: Centro, terceiro piso do Itabirense, Cep: 35450-000.

Atualmente o município de Itabirito possui 8 escolas municipais, 5 escolas municipais na zona rural,17 pré-escola municipais, 6 escolas estaduais, 6 creches municipais, 10 escolas particulares, também conta IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais; e o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado - CMAEE.

O CMAEE é um departamento da Secretaria de Educação de Itabirito - MG foi inaugurado em 2013 e tem por finalidade ofertar serviços especializados de apoio, suporte, colaboração e capacitação para identificar as necessidades específicas dos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino, bem como a efetivação de orientações educacionais, visando o desenvolvimento de potencialidades e fomento a melhores condições do desempenho escolar e social.

É importante destacar a presença do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado - CMAEE no município, em vista de assegurar o direito à educação da pessoa com deficiência, buscando promover a igualdade, o engajamento cidadão e o combate a todo tipo de exclusão.

Como consta na lei nº 9334 de 20 de Dezembro de 1996 no Capítulo V da educação especial Art. 59:

Inciso I: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Destacando que “Os processos da política educacional precisam ser democráticos, transparentes e inclusivos, com participação dos cidadãos comuns e dos profissionais da educação, numa verdadeira gestão democrática da educação (AVELAR, 2019, p.79)”.

O trabalho desenvolvido no CMAEE ocorre de segunda a sexta, os atendimentos acontecem no espaço onde está localizada a SEMED - Secretaria Municipal De Educação em Itabirito - MG.

No ano de 2022 o serviço ficou dividido da seguinte forma: os atendimentos educacionais com os psicopedagogos, psicólogo e fonoaudiólogo são feitos na

SEMED e nas escolas contam com a presença de psicólogos, assistentes sociais quando possível. Todas as quintas feiras são feitas reuniões de equipe para discutir os casos, relatar encaminhamentos e demais demandas.

A equipe técnica do CMAEE é composta pelos seguintes profissionais: psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, assistente social e uma coordenadora, a equipe é subdividida de 3 forma:

→ **Equipe apoio à Educação Especial:** Esta equipe é composta por uma psicóloga escola e uma psicopedagoga, e é responsável pelo acompanhamento dos alunos da educação especial; pela capacitação e supervisão de profissionais de apoio escolar (monitores/mediadores), pela orientação e capacitação dos professores e pelo auxílio do preenchimento adequado do censo escolar. Também é incumbida de orientar e capacitar a comunidade escolar, além de indicar o uso de adaptações razoáveis de tecnologias assistivas, mobiliários adaptados, acessibilidade, sempre em articulação com a rede.

→ **Equipe de apoio à escola:** É composta por um psicólogo escolar, uma psicopedagoga escolar, uma fonoaudióloga escolar e uma assistente social, tem como função, acolher, identificar e analisar as demandas das instituições de ensino. Esta equipe é responsável pela indicação para equipe de atendimento, por dar orientações/estratégias às escolas e aos responsáveis pelos alunos, e por capacitação à comunidade escolar, prioritariamente com foco na prevenção. Também deve manter articulação com a rede e com a equipe de atendimento. Quando necessário, realiza visita domiciliar para averiguar questões sociais que possam estar interferindo no âmbito escolar.

→ **Equipe de apoio ao aluno:** É composta por uma psicopedagoga escolar, uma psicóloga escolar. Esta equipe realiza avaliação educacional dos alunos indicados pela equipe escolar, a fim de definir condutas adequadas como intervenção individual ou em grupo, encaminhamentos à rede ou orientações à escola e à família. O público desta equipe são os alunos com: transtorno específico de aprendizagem (dislexia, discalculia, disortografia e disgrafia) e

trocas surdo/sonoras na escrita. Assim como as demais equipes, deve manter articulação com a rede, e fornecer capacitações à comunidade escolar.

Os alunos são acompanhados pela equipe técnica do CMAEE por toda sua vida escolar de acordo com sua demanda, e mesmo que frequente outros serviços de saúde ou assistência social ele não deixa de ser assistido neste serviço. Tendo em vista que trabalho no CMAEE é realizado em articulação entre a rede de educação, saúde, assistência social, além do poder judiciário.

As principais instituições com as quais o serviço mantém articulação são: Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi); Centro Especializado em Reabilitação Física e Visual (CER II), Unidade Básica de Saúde (UBS); Centro Municipal de Reabilitação e Fisioterapia: saúde auditiva, motricidade orofacial, patologias da voz e alterações da fala e da linguagem oral; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Conselho Tutelar; Poder Judiciário: colaboração com a promotoria e participação em audiências, quando solicitado; IES: parceria com docente e discentes; Rede privada: profissionais de saúde que atuam na rede privada.

A presença destes serviços juntamente a rede de ensino reforça o caminho para inclusão, diante de toda estrutura preconceituosa que está inserida em nossa sociedade “o caminho de exclusão que configurou o cenário histórico da cidadania no Brasil tem como primeira parte o passado da colonização, que trouxe o fator mais negativo para a cidadania: a escravidão (BARBOSA,2016, p.29)”.

O Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado é a principal área de atuação do serviço social na instituição, a intervenção da Assistente Social se baseia no atendimento individual e familiar dos estudantes de toda rede de ensino municipal.

As ações feitas pela profissional, são pautadas nas 3 dimensões da categoria profissional. É sempre importante destacar que a profissão nasceu de um viés conservador, e dos recentes materiais produzidos sobre a atuação do assistente social na escola, é necessário, pontuar que o exercício profissional dos assistentes sociais é orientado e norteado por um viés marxista pautados pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Como afirma Iamamoto (2000, p.11)

Assim, trabalho e formação profissional encontram-se estreitamente conectados na resposta a um desafio comum: o seu enraizamento na história contemporânea, de modo que qualifique o desempenho do assistente social e torne possível a atualização e a adequação do projeto ético-político do Serviço Social aos novos tempos, sem abrir mão de seus compromissos com a construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade (IAMAMOTO,2000, p.11).

Basear a intervenção nessas concepções é sempre necessário, pois a educação está inserida na ordem do capital e tem a sua função e valores revertidos. A educação na sociedade capitalista funciona como espaço de produção de valor e como potencial fonte de extração de mais-valor (MOTTA, EVANGELISTA E CASTELO, 2021, p.2).

O sistema do capital (e, em particular, o capitalismo), depois de vivenciar a era dos ciclos, adentrava em uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada por um continuum depressivo que faria aquela fase cíclica anterior virar história. Embora pudesse haver alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural. (MÉSZÁROS, 2009, p.10)

A dominação do capital perante a classe trabalhadora, intensificada cada vez mais devido às novas protoformas do processo de produção capitalista gera inúmeras consequências para a sociedade, entre elas a precarização do trabalho, do ensino, aumento da desigualdade. “É por si evidente que esta relação implica, necessariamente, uma relação de exploração e de dominação do capitalista sobre o trabalho (Tonet,2016,p.29)

É nesta lógica do capital que está inserido o sistema educacional, que diante de tais precarização gerada pelo MPC, reflete no cotidiano da população trazendo empecilhos e a negação dos direitos dos cidadãos. Essas ações expressam o impacto dos sistemas capitalista no cotidiano dos estudantes, segundo Tonet, (2016, p.104) “uma vez que a educação é subordinada aos imperativos da reprodução do capital, e uma vez que ele é a matriz da desigualdade social, seria totalmente absurdo esperar que ele pudesse proporcionar a todos uma igualdade de acesso a ela.”

A assistente social na escola pauta a sua atuação em busca de viabilizar a permanência do aluno na escola, como também combater as variáveis expressões da

questão social que permeiam a vida escolar. Tendo como norte a educação que vise a emancipação dos alunos. Para isso o Assistente Social, deve ir além do que se apresenta em seu cotidiano, segundo, Oliveira (2017,p.53)

A prática profissional operada na dimensão cotidiana, tanto do sujeito profissional, quanto do sujeito usuário e, para ultrapassar o seu nível da aparência e imediaticidade, é preciso estabelecer com ele uma relação com a história, conectando-se ao desenvolvimento global da sociedade e percebendo-a em seu caráter processual (OLIVEIRA, 2017,p.53).

Vasconcelos (2015, p. 477) também irá afirmar que:

Para os profissionais conscientes dessa contraditória tarefa e que buscam contribuir na construção de uma nova ordem social calcada na emancipação humana, no âmbito do conflito entre necessidades e interesses das maiorias e das requisições do capital – consubstanciadas em requisições institucionais –, trata-se de dar respostas individuais e coletivas que resultem em consequências o menos ruins possíveis para as maiorias, ao mesmo tempo em que contribuam com a preparação de momentos de ruptura”(VASCONCELOS, 2015, p. 477).

Nesta concepção a assistente social da SEMED planeja sua intervenção por meio da visita domiciliar buscando entender o contexto social e econômico em que esses alunos estão inseridos, tendo como uns dos instrumento primordial nesta ação o planejamento.

Entendemos que o planejamento, a execução e a avaliação das ações realizadas são momentos que constituem – ou deveriam – uma unidade no contexto denominado de gestão social. É neste âmbito de reconhecimento das mais variadas expressões da “questão social” que o planejamento aparece como ferramenta de acesso aos direitos por meio de planos, programas e projetos (BERTOLLO, 2016, p.336).

Além das visitas domiciliar a profissional também desenvolvi atividades visando a pluralidade e respeito à diversidade, fortalecimento na relação escolacomunidade, encaminhamento e prevenção das crianças e adolescentes vítimas de violência, orientações sobre os atos infracionais, étnico-racial na escola, diversidade de orientação sexual, enfim, situações interligadas à vida cotidiana dos estudantes e de suas famílias que podem de combater a evasão escolar, indisciplina, atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

Tais intervenções visam o enfrentamento das expressões da questão social pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, segundo o CFESS, (2011, p.38)

A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional. Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais (CFESS, 2011, p.38).

Para tanto, exige-se do/a profissional de serviço social uma competência teórica e política que se traduza em estratégias e procedimentos de ação em diferentes níveis (individual e coletivo), capazes de desvelar as contradições que determinam a Política de Educação (CFESS, 2011, p.48).

Portanto, para responder às demandas presente nas escolas e demais espaços sócio-ocupacionais de forma crítica e racional, os assistentes sociais devem utilizar a instrumentalidade como mediação dos instrumentos. O enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social é o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural. Como afirma Guerra (2000, p.02)

Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade (GUERRA, 2000, p.02)

Diante disto cabe apresentar a atuação da assistente social no CMAEE, nos anos de 2020 e 2021 que com a chegada da pandemia do Covid-19¹⁰, gerou novas demandas e desafios para o exercício profissional. Diante dessas alterações e desafios que permeia a intervenção profissional, lamamoto (2000, p.49), vai relatar que:

Alteram-se os requisitos dos processos seletivos para os postos de trabalho valorizados pelo mercado, acompanhando a globalização. No campo do Serviço Social hoje se exige, por exemplo, um técnico versado em computação, capaz de acessar as redes de comunicação on-line, com

¹⁰ A Covid-19 (novo Coronavírus) surgiu na cidade de Wuhan em dezembro de 2019 e se tornou uma crise endêmica. Os principais sintomas são febre, tosse seca e dificuldade para respirar, mas cabe lembrar que não são apenas estes sintomas que indicam a presença da doença, outros sintomas podem estar relacionados ao contágio que ocorre de pessoa para pessoa. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> <acesso: 28/05/2022>

domínio fluente em inglês etc. “O Serviço Social na contemporaneidade é muito mais do que um título formal, pois sintetiza o desafio de decifrar os novos tempos para que deles se possa ser contemporâneo. Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. (IAMAMOTO, 2000, p.49).

“O contexto pandêmico evidenciou ainda mais as mazelas sociais e o sucateamento das políticas públicas em nosso país e fez emergir novas dificuldades e desafios ao exercício profissional do(a) assistente social, além dos pré-existentes que foram agudizados” (LIMA, Et al 2021, p.03). É importante destacar que o novo coronavírus assentou as mazelas sociais da crise já existente gerada pelo sistema capitalista (RAICHELIS E ARREGUI, 2020). Conforme afirma, SILVA (2021, p.89):

A gravidade e a profundidade da crise mundial da COVID-19 não estão desvinculadas do contexto histórico e político do desenvolvimento capitalista, que, com medidas ultraliberais, vem empreendendo ataques brutais à classe trabalhadora e a seus direitos, repercutindo nas condições de vida da enorme maioria da população, demonstrando a ineficiência da economia de “livre mercado” para forjar períodos mais longos de estabilidade social (SILVA, 2021, p.89).

Com a emergência da pandemia, o método de ensino presencial teve que ser mudado para o ensino remoto com uso das tecnologias (Souza et al, 2012, p.113).

Esse processo, impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços financeiros, inovações comerciais, o que vem gerando e aprofundando uma enorme desigualdade do desenvolvimento entre as regiões, setores etc., além de modificar substancialmente as noções de espaço e tempo (SOUZA, Et al, 2012, p.113).

Esta forma de ensino remoto aumentou ainda mais as dificuldades, já existentes nas escolas, haja vista, que um em cada quatro Brasileiro não tem acesso a internet, representando 46 milhões da população (Tokarnia, 2020). Segundo a pesquisa do instituto Península (2021), 60% dos professores acreditam que os alunos não estão evoluindo, tendo a falta de infraestrutura e conectividade como principal fator para tal situação. Segundo De Macedo, et al, (2014, p.114)

Com relação às demandas existentes nas escolas faz-se necessário destacar que a evasão escolar é um grande problema para o processo de aprendizado do aluno, visto que, muitos alunos deixam de frequentar a escola por motivos particulares que vão desde a necessidade de parar os

estudos para trabalhar ao desinteresse pela escola (DE MACEDO, Et al, 2014, p.114).

Essas necessidades são vivenciadas de forma mais intensa pela na classe subalternas que diante da relação Capital x trabalho encontram-se em situação de submissão e exploração, Raichelis e Arregui (2020, p.135) vai abordar que:

Nesse contexto, os grupos mais atingidos foram os segmentos mais vulnerabilizados e periféricos das classes trabalhadoras, em função das precárias condições de moradia, trabalho e vida que marcam seu cotidiano. As referências à crise sanitária, à estagnação e crise econômica, ao aumento do desemprego e à crise social tornaram-se o centro das manchetes, e preocupações e angústias de grande parte da população ao redor do planeta. Situações inusitadas para as quais o mundo não estava preparado e, portanto, não tinha respostas. (RAICHELIS e ARREGUI, 2020, p.135)

Diante desse cenário encontram -se os alunos da rede pública de ensino do município de Itabirito - MG. Em vista disto, a principal intervenção da assistente social foi a busca ativa para saber os motivos e fatores que os alunos não estão fazendo as atividades, articulando com a equipe técnica do CMAEE sua intervenção. É importante destacar que essa intervenção não segue o caráter punitivo e coercitivo como se fazia às assistentes sociais na década de 1930, no país.

A busca ativa possibilitou a assistente social visualizar as dificuldades sociais, econômicas e culturais dos alunos e seus familiares. Em vista de fazer frente a tal situação, a profissional buscou junto aos profissionais da rede de ensino e demais departamentos alternativos para garantia e eficiência dos ensinamentos.

Juntamente a estas ações também foi distribuído cesta básica para as famílias dos alunos matriculados nas redes de ensino público municipal, em busca de contribuir com a permanência dos alunos nas escolas, haja vista que a insegurança alimentar é uns dos principais fatores causadores da evasão escolar.

Como evidencia a pesquisa feita pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança alimentar (2020) mais da metade da população se encontra em algum nível de insegurança alimentar, seja ele leve, grave ou moderado, durante a pandemia, sendo que 9% vivenciaram insegurança alimentar grave, quando não há nada para comer.

Diante de tais intervenções expôs que as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos durante este período foram: falta de acesso a internet e dispositivo móvel; falta de tempo e conhecimento dos familiares em orientar os estudantes em suas atividades, pois muitos responsáveis não sabem ler ou tem mais de uma criança para orientar; dificuldade em entender o conteúdo passado; baixo interesses dos estudantes em desenvolver os exercícios; dificuldades de locomoção dos familiares para entregar os blocos de atividades na escola; problemas de saúde enfrentados por familiares; perda de familiares por decorrência da covid - 19; entre outros fatores estruturais, sociais e econômicos que permeiam a vida dos estudantes.

O que reforça os problemas apresentados pelos alunos da rede pública de ensino vão além das questões pedagógicas, esbarrados nas questões econômicas, sociais e culturais¹¹. Destaca-se, portanto, que o trabalho do assistente social na área da educação é, no primeiro momento, garantir o direito já preconizado nos marcos legais, identificando e intervindo nas questões sociais que fazem parte desse campo de atuação (CFESS,2011).

Assistente Social buscou construir junto com o coletivo escolar formas de lidar com os entraves e criar soluções nas quais a educação convive atualmente, tendo como fundamento o aporte às dimensões teórica - metodológica, técnica - operativo e ético político, pois com base nestes 3 eixos é possível um agir consciente sobre e na realidade, compreendendo as dimensões universais e particulares das expressões da Questão Social que constituem em situações singulares dos sujeitos que buscam o serviço social. Alinhando assim a sua intervenção a um projeto societário em defesa dos direitos da classe subalterna, tecida nas lutas sociais pela emancipação política, tendo como horizonte a construção de outra sociabilidade para além do capital.

Reforçando assim a importância do serviço social no ensino fundamental, pois como traz Piana (2009).

Embora o trabalho do assistente social na educação ainda não se tenha ampliado de forma expressiva no mercado de trabalho em seu aspecto teórico e interventivo, como se observa pelas pesquisas, documental e de campo, o profissional tem realizado um trabalho que não se restringe à escola, com o denominado Serviço Social (PIANA, 2009, p.151).

¹¹ Meire,(2017,p.58) expõe a necessidade de ter um profissional com formação em serviço social em escola na cidade Ouro Preto - MG, tendo em vista as várias expressões da questão social presente neste ambiente, como expõe a autora: "a grande maioria dos professores detectaram problemas específicos na escola, como evasão escolar, presença de bullying, questões financeiras e apontam para a necessidade da presença de um assistente social para auxiliá-los na tarefa de condução dos problemas, principalmente diante das famílias

Diante de todos esses fatores que cercam o ensino público brasileiro, faz ainda mais necessário a luta para que a lei 13935/2019, saia do papel e se consolide no cotidiano, em vista das contribuições que o assistente social pode trazer para os estudantes, visando a garantia do direito à uma educação democrática, laica e eficiente de qualidade, que visam a autonomia dos jovens e crianças.

Portanto, a atuação por uma educação de qualidade deve se pautar na perspectiva de uma educação emancipatória, visando o desenvolvimento dos estudantes na direção de se tornarem seres autônomos, críticos e conhecedores de seus direitos (CFESS,2011, p.44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar sobre o serviço social dentro das escolas diante das relações sociais determinadas pelo modo de produção capitalista, foi possível evidenciar como as expressões da questão social se fazem presentes neste ambiente.

Para tal análise se faz necessário a utilização de um material crítico, baseado nas contribuições marxista que revelam a contradição entre Capital X Trabalho, onde segundo os pensadores da teoria marxista explicam o modo de produção capitalista que apropriam do trabalho coletivo para centralização e concentração da riqueza socialmente produzida.

Diante de tal relação se encontra o sistema educacional que apresentado sob a lógica do capital contribuiu para a reprodução do sistema capitalista, gerando a precarização do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade, negando o direito de muitos cidadãos, distanciando o sujeito do papel central da educação de gerar conhecimento que possibilitam aos estudantes terem formação crítica sobre a realidade tornam seres autônomos que visem a superação da sociedade capitalista.

A estrutura do sistema educacional é feita para que a classe subalterna não tenha autonomia e seja cada vez mais submisso a burguesia ao sistema capitalista, que tira não somente o ensino qualificado, mas também a vida, a cultura e os costumes da classe subalterna. Quanto mais desinformado e ignorante for o cidadão

melhor é para o sistema, o não reconhecimento do indivíduo como cidadão de bens e direitos o torna cada vez mais passivo e alienado as mazelas do capital.

A educação é um dos principais elementos para a efetivação da exploração do sistema capitalista, quanto mais pragmático, seletivo, precarizado for o ensino melhor para a ordem capitalista, por isso é necessário pensar a educação para além do capital é necessário fazer uma educação humanizada, democrática, inclusiva, em busca de cada cidadão se tornarem construtores de suas próprias histórias.

Com isso foi possível analisar o material de intervenção dos assistentes sociais neste campo, O serviço Social na educação tem como função em primeiro momento a viabilização do acesso à educação de qualidade e eficiente como também na intervenção das expressões da questão social que se apresentam por meio da evasão escolar, brigas entre pais, alcoolismo, fome, violência doméstica, drogas, trabalho infantil, ausência dos pais na vida escolar, entre outras.

Diante de tal contexto reforça o debate sobre lei 13.935/2019 que após vários anos de luta da categoria profissional foi efetivada em 2020, se faz necessário neste momento reforça juntamente aos municípios a realização desta lei além do papel, destacando a importância do assistente social dentro das escolas compondo a equipe multidisciplinar, visando a melhoria do ensino e dos estudantes diante das situações de vulnerabilidade e precarização que encontram os alunos e alunas das escolas públicas. Pois o assistente social atuando na área educacional, menciona ir além das instituições educacionais presentes no país, fortalecendo a luta pelos direitos.

Com base nisto o Assistente Social inseridos neste espaço sócio-ocupacional precisa se basear nos materiais produzidos na última década sobre o serviço social na educação, pontualizando sempre o debate sobre as expressões da questão social presente no ambiente educacional e levando esse debate para o cotidiano da profissão e da educação, em busca de aumentar a inserção dos assistentes sociais neste campo, como também fortalecer a luta pela educação.

Contudo o profissional, necessita pautar a sua intervenção nas 3 dimensões da prática profissional, primeiro conhecer a realidade através do estudo, investigação e da pesquisa, fazendo uso do material teórico metodológico, por seguinte buscar estratégias técnicas - operativas que irão buscar responder às demandas através de um conjunto de estratégias táticas e técnicas instrumentais, pautadas nos valores presente do projeto ético - político da profissão, que tem como fundamento a defesa

a liberdade, orientado por valores democráticos e progressista, comprometido com a emancipação e autonomia dos indivíduos sociais.

Portanto, A escolha feita por um projeto profissional vinculado a um projeto societário transformador que vai em defesa da classe trabalhadora e conseqüentemente a superação da ordem capitalista, reforça o trabalho coletivo dos Assistentes Sociais e da defesa de um determinado grupo e uma classe, destacando assim que a profissão não é neutra e se baseia no projeto ético político para orientar seu exercício profissional.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Marina. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. **Educação contra a Barbárie. Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo**, p. 73-82, 2019.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de et alii. **“Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate”**. Cadernos Abess. n. 7. São Paulo: Cortez, 1996.

ALMEIDA, N. L. T. **O Serviço Social na Educação**. In: Revista Inscrita. N. 6, CFESS, 2000. p. 19-24.

BENJAMIN, César. **O Estado nacional e a educação**. Revista Politika n. 3, 2016.

Benevides, Géis De Oliveira. Trabalho Profissional E Gestão No Serviço Social: Subsídios Teóricos Para Compreensão Da Gestão Como Atividade Inerente Ao Trabalho Do Assistente Social. **Anais Do Xvi Encontro Nacional De Pesquisadores Em Serviço Social**, V. 16, N. 1, 2018.

BERTOLLO, Kathiúça. Planejamento em serviço social: tensões e desafios no exercício profissional. **Temporalis**, v. 16, n. 31, p. 333-356, 2016.

Brasil, Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional atualizada. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).

Brasil, Lei Federal nº 14.113 de 25/12/2020 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília.

Brasil, Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/d9741.htm.

Brasil, Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/540698>.

_Busca ativa escolar / [coordenação Andréia Peres , Marcelo Bauer]. -- Brasília, DF : UNICEF : Instituto TIM : Congemas : Undime, 2017.(Fora da Escola Não Pode!).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

CFESS/CFP. Psicólogas (os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019 / Conselho

Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2021. 50 p.

CFESS/CRESS. Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação. GT Serviço Social na Educação. Brasília: 2011.

CFESS. Serviço Social na educação. Brasília, Distrito Federal. 2001

_____. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. in Revista *Temporalis* no 3, Brasília: ABEPSS, 2001 (p.41 a 49).

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. *Em aberto*, v. 3, n. 22, 2011.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, p. 07-31, 2015.

DE SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal. Cfess manifesta. **Temporalis**, v. 11, n. 21, p. 281-288, 2011.

De MACEDO, Indira Sousa; DE OLIVEIRA CABRAL, Mirian; FERREIRA, Tarcísio José. As contribuições do serviço social na realidade escolar das escolas públicas. **OUTRAS PALAVRAS**, v. 10, n. 2, 2014.

_de Educação, Social Na Política. O Trabalho Do Assistente Social Na Política De Educação No Estado Da Bahia.2018.

DA SILVA, Welison Matheus Fontes. SERVIÇO SOCIAL E COVID-19: REFLEXÕES CRÍTICAS. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 5, n. 1, p. 87-103, 2021.

Educação **contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. Boitempo Editorial, 2019.

FAVARATO, MARIANA FORNACIARI. **O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESPÍRITO SANTO**.2016

GALEANO, Eduardo.As Veias Abertas da América Latina. Porto Alegre, L & amp; PM,2015.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social e Sociedade*, n. 91 especial. **Ano XXVIII, setembro**, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Cidades. Disponível:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/Itabirito/historico>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, p. 608-639, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. O serviço social na contemporaneidade:: trabalho e formação profissional. In: **O serviço social na contemporaneidade:: trabalho e formação profissional**. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela et al. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 341-376, 2009.

IANNI, Octávio. A questão social. **Ciência & Trópico**, v. 17, 1989.

LEHER, Roberto. Organização, estratégia política e o Plano Nacional de Educação. **Marxismo** 21, 2014 (páginas 1-23). Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher-Estrat%C3%A9gia-Pol%C3%ADtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25/04/2022.

Lima, Débora Beatriz da Rocha, Braga, Ana Kely da Silva Braga, Vilarinho, Lúcia da Silva. Exercício Profissional Do (A) Assistente Social Em Tempos De Pandemia: Reflexão Sobre As Readequações Necessárias. **X Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 2021

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, p. 1362, 2005.

_. Lei no 13.935/2019 - Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: https://crpsc.org.br/ckfinder/userfiles/files/CRP12_Caderno%20Lei%2013935_2021_07_01a_FINAL.pdf.

Netto, Paulo José; Braz, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2012.

Netto, José Paulo. "A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea." **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, módulo 1 (1999).

Netto, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social" In **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social—Temporalis**, ano II, n 3—janeiro a junho de 2001. **Brasília: ABEPSS, Grafile**, 2001.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Vol. II, cap. XXIII. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, " questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 270-287, 2012.

Mészáros, István, 1930 - A educação para além do capital. 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTTA, Vania; EVANGELISTA, Olinda; CASTELO, Rodrigo. Determinações do capital, empresariamento e educação pública no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 13, n. 1, p. 1-8, 2021.

Oliveira, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educação & Sociedade* 32.115 (2011): 323-337.

Oliveira, Ingredi Palmieri. A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: uma breve incursão nas demandas e respostas profissionais. **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2017.

Organização Pan-Americana da Saúde.

<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.

_____. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000

_ Reflexões sobre a sociabilidade burguesa / Paulo Roberto Félix dos Santos, Everton Melo da Silva, Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos, orgs. – São Cristóvão : Editora UFS, 2019.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam**. *Serviço Social & Realidade* 18.2 (2010): 182-206.

RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; JIMENEZ, Susana. Educação para todos e reprodução do capital. **Revista Trabalho Necessário**, v. 7, n. 9, 2009.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço social & sociedade**, p. 134-152, 2021.

Ribeiro, Bruna. Santos, Diel. "Pandemia aumenta risco de trabalho infantil e exclusão escolar, principalmente entre crianças negras". 2021. Disponível

em:<https://livredetrabalhoinfantil.org.br/noticias/reportagens/pandemia-aumenta-risco-de>.

SILVA, Welison Matheus Fontes da. SERVIÇO SOCIAL E COVID-19: REFLEXÕES CRÍTICAS. Montes Claros (MG), volume 5, número 1, jan./jun. 2021. I ISSN 2527-1849.

Souza, E. P. de. (2020). Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. *Cadernos De Ciências Sociais Aplicadas*, 17(30), p. 110-118.

SCHLESENER, Anita Helen; MASSON, Gisele; SUBTIL, Maria José Dozza. **Marxismo (s) e educação**. Editora UEPG, 2016.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. 2009.

TONET, Ivo. Educação contra o capital. UFAL, 2012

Tokarnia - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro. publicado em 29/04/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>.

UNICEF et al. Cenário da exclusão escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. **São Paulo: CENPEC/UNICEF. Consultado em**, v. 14, n. 7, p. 21, 2021.

VASCONCELOS, Ana Maria. A/O Assistente Social na Luta de Classes. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Vieira, Maíra Figueiredo. O serviço social na política de educação escolar/Maira Figueiredo Vieira. Pouso Alegre: 2016.122.

_____ Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Diagrama%C3%A7%C3%A3o-Pulso.pdf> < acesso: 27/05/2022>.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. **Cortez Editora**, 2018.